

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História



***Os Registos Religiosos – o acervo da Pousada dos
Lóios (Évora): estudo de caso***

CARLA SOFIA GARCIA CAETANO BARREIROS

Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Co – orientador: Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
(edição 2007/2009)

Évora, Janeiro de 2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História



***Os Registos Religiosos – o acervo da Pousada dos
Lóios (Évora): estudo de caso***

CARLA SOFIA GARCIA CAETANO BARREIROS



Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

170190

Co – orientador: Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
(edição 2007/2009)

Évora, Janeiro de 2010

“ (...) Toda a forma autêntica de arte é, a seu modo, um caminho de acesso à realidade mais profunda do homem e do mundo. E, como tal, constitui um meio muito válido de aproximação ao horizonte da fé, onde a existência humana encontra a sua plena interpretação. Por isso é que a plenitude evangélica da verdade não podia deixar de suscitar, logo desde os primórdios, o interesse dos artistas, sensíveis por natureza a todas as manifestações da beleza íntima da realidade (...).”

João Paulo II, *Carta aos Artistas*, 4 de Abril de 1999.

Agradecimentos

Confesso que é difícil recordar-me de todas as pessoas que se cruzaram no meu caminho e que de algum modo contribuíram para que esta tese se tornasse uma realidade. Todavia não posso deixar de agradecer àquelas cuja colaboração partiu de uma empatia, de uma amizade, ou de algo que se transformou nesse sentimento. Partindo desta premissa remeto as minhas mais sinceras palavras de apreço e de gratidão:

À minha orientadora, Professora Doutora Antónia Fialho Conde e ao meu co – orientador, Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues, não só pelo facto de terem aceite embarcar comigo nesta aventura, mas também por toda a dedicação, empenho e disponibilidade que manifestaram durante todo o processo de acompanhamento da dissertação.

À Maria Gabriel, por todas as informações que nos cedeu acerca da Pousada dos Lóios e da Enatur, e, também por nos ter facultado e promovido o contacto com o Sr. Orlando Araújo, o adjunto do Director da Pousada dos Lóios, a quem agradecemos a amabilidade e a simpatia com que sempre nos recebeu.

Às minhas amigas de “há décadas”, a Any, a Maria Paula e a Margarida, por durante estes últimos seis meses me terem ouvido falar constantemente da tese, por terem compreendido o meu afastamento e aceite o adiamento de tantos encontros.

Às minhas “miúdas da Licenciatura”, a Diana, a Mena e a Vanda, por todo o carinho e atenção.

Às minhas colegas de Mestrado, a Francisca, a Lucília, a Cau, a Isabel e a Teresa, por toda a solidariedade, pela partilha das dúvidas e dos diversos estados de alma.

À Sr.^a D^a Guilhermina Maldonado, por me ter transmitido e ensinado a arte de fazer os registos religiosos.

Aos meus pais, por todo o apoio, compreensão e por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

Por último, à Fundação Eugénio d’Almeida, pela bolsa que me concedeu.

Resumo

A presente dissertação de mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural assenta num estudo de caso: o acervo dos registos religiosos da Pousada dos Lóios, em Évora. Ao longo dos quatro capítulos que a constituem, procuramos explicar o que são os registos religiosos, qual a sua dimensão e riqueza patrimonial e cultural, analisamos os vários aspectos que os definem, e propomos dois planos de acção para a sua salvaguarda, conservação e valorização.

Neste contexto cruzamos o mundo da religiosidade popular em busca da fé que dá azo à criação dos registos religiosos, e o da história da gravura artística, uma vez que a gravura é o elemento fulcral, a imagem da religiosidade e do registo religioso; investigamos a presença da denominada *arte popular* no contexto da religiosidade, da história da arte e da sociedade; procedemos à elaboração do inventário do acervo, à respectiva catalogação e análise. Por último, apresentamos uma proposta de exposição como forma de valorização complementar para os registos religiosos da Pousada dos Lóios.

Palavras-chave:

Património móvel; registo religioso; registo de santo; religiosidade popular; gravura.

Abstract

The Religious Registers - the assets of the Pousada dos Lóios (Évora): a case Study

The following dissertation of master's degree in Management and Valorization of the Historic and Cultural Patrimony is based on a case study of the assets of the religious registers of the Pousada dos Lóios in Évora. Through the four chapters that constitute it, we try to explain what are the religious registers, its dimension and patrimonial and cultural value, we analyze the many aspects that define them, and we propose two plans of action to its protection, conservation and valorization.

In this context we cross the world of popular religiosity in search of the faith that gives birth to the creation of religious registers, and the history of the artistic illustration, since the illustration is the central element, the image of religiosity and of the religious register; we investigate the presence of the so called *popular art* in the context of religiosity, in the history of art and in society; we elaborate an inventory of the assets, the respective cataloguing and analysis. At last, we present a proposal of exposition as a way of complementary valorization of the religious registers of the Pousada dos Lóios.

Key words:

Movable heritage; religious register; saint register; popular religiosity; illustration.

Índice geral

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice	iv
Introdução	9
Capítulo I – Religiosidade popular: expressões, devoção e as práticas da fé	13
1 – Religiosidade e actualidade.....	15
2 – A religiosidade: análise e caracterização.....	17
3 – A Igreja Católica e a questão da religiosidade popular.....	21
3.1 – O Magistério Pontifício.....	23
4 – Manifestações da religiosidade popular.....	27
4.1 – Os costumes cristãos tradicionais.....	28
4.2 – As práticas da piedade.....	28
4.3 – As procissões.....	29
4.4 – Romarias e peregrinações.....	30
4.5 – Os sacramentos.....	30
4.6 – Os preceitos.....	31
4.7 – As Imagens.....	32
4.8 – A devoção mariana.....	33
4.9 – A celebração dos padroeiros.....	34
Capítulo II – A Gravura artística na história da arte portuguesa	36
1 – A gravura em metal.....	39
2 – A gravura religiosa: os registos de santos.....	43
3 – A origem dos registos religiosos.....	48
Capítulo III – Os Registos da Pousada dos Lóios: o acervo da Pousada dos Lóios (Évora): estudo de caso	52
1 – A Pousada dos Lóios.....	55

2 – O caso dos registos religiosos.....	56
3 – Inventariação e catalogação.....	58
3.1 – Interpretação do acervo.....	87
Capítulo IV – Valorização patrimonial dos Registos da Pousada dos	
Lóios: proposta de exposição.....	91
Conclusão.....	98
Glossário.....	101
Bibliografia.....	103

Índice de figuras

Índice de tabelas

Anexos:

Anexo I – Quadros representativos dos nomes de editores, de fabricantes e de oficinas de registos de santos que existiram na cidade de Lisboa;

Anexo II – Fichas de inventariação do acervo da Pousada dos Lóios.

Índice de figuras

Figura 1 – Planta da Pousada dos Lóios (segundo dados de 1965)	95
Figura 2 – Fotografia da Ala Sul dos Claustros do piso superior.....	96
Figura 3 – Fotografia da Ala Oeste dos Claustros do piso superior.....	96
Figura 4 – Fotografia da Ala Norte dos Claustros do piso superior.....	96
Figura 5 – Fotografia da Ala Este dos Claustros do piso superior.....	96

Índice de tabelas

Tabela 1 – Caracterização do acervo: modelos / quantidade.....	87
Tabela 2 – Caracterização do acervo: acabamentos / quantidade.....	88
Tabela 3 – Caracterização do acervo: cores predominantes / quantidade...	88
Tabela 4 – Caracterização do acervo: gravuras / quantidade.....	89
Tabela 5 – Caracterização do acervo: técnicas / quantidade.....	90

Introdução

Não raras foram as ocasiões em que me perguntaram porque é que sendo licenciada em Línguas e Literaturas, tinha enveredado por um Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. A resposta foi sempre a mesma: “por causa do trabalho de dissertação que eu quero realizar”.

Desde pequena que me recordo de ver registos religiosos no quarto dos meus pais. Movida pela curiosidade típica da idade, passava longos momentos a contemplá-los, ansiosa por descobrir um ou outro pormenor decorativo que anteriormente me tivesse passado despercebido.

Mais tarde, já com vinte e poucos anos, incentivada pela minha mãe que acreditava que eu revelava algum talento para certos trabalhos manuais, fui ao encontro da pessoa que me transmitiu e ensinou, durante dois anos a arte de fazer os registos religiosos. Com a aprendizagem, o segredo de os elaborar e de os restaurar dissipou-se, mas o interesse pela sua história e pela sua origem adensou-se.

A pouco e pouco comecei a divulgar os meus trabalhos. Primeiramente à família e aos amigos, e depois ao público em geral, através de exposições temporárias realizadas nas Pousadas de N.^a Sr.^a da Assunção, em Arraiolos, e na dos Lóios, em Évora.

Desde a abertura da Pousada dos Lóios (em Março de 1965) e até 2006, todos os seus quartos – antigas celas dos monges – possuíam um registo religioso a decorar a cabeceira da cama ou o espaço por cima de cada uma das mesas-de-cabeceira. Após as obras de reestruturação (modernização), já sob a alçada do Grupo Pestana Pousadas, o espólio deixou de se coadunar com a decoração, tornou-se obsoleto e foi depositado numa arca à espera de um novo destino.

Ao tomar conhecimento desta situação senti-me particularmente tocada, não só porque em 2001, numa outra fase de remodelações da Pousada dos Lóios – liderada pela Enatur – fui a responsável pelo restauro de quase todo o acervo e pelo fornecimento de novos exemplares, mas também por ter a noção de que a colecção estava eminentemente em risco, na medida em que se encontrava desprovida de

qualquer inventariação. E foi com a esperança de que poderíamos contribuir, ainda que modestamente, para a salvaguarda, a conservação, a valorização e o direito à fruição deste conjunto de bens móveis, paradigma do nosso património histórico-artístico que lançámos mãos à obra e demos vida à tese, *Os Registos Religiosos – o acervo da Pousada dos Lóios (Évora): estudo de caso*.

A origem dos registos religiosos permanece envolta em mistério, dúvidas e incertezas. Entramos num campo particularmente sensível, apinhado de conjecturas e de suposições, onde não se descortinam respostas válidas para questões básicas, aparentemente tão simples como, por exemplo, em que época é que despontaram as primeiras manifestações? Em que local? Em que área geográfica? Ou até mesmo quem foram os seus obreiros?

Alguns especialistas e a própria voz do povo, tomando todavia como ponto de partida a perfeição e a riqueza artística de determinados registos religiosos, propugnam que eles são fruto de criação freirática. Já é uma achega, mas é claro que continuamos sem poder afirmar se esta arte foi introduzida, aperfeiçoada ou apenas difundida no silêncio dos conventos. Embora persistam as interrogações em torno da origem dos registos religiosos, o mesmo não se verifica com o motivo que despoletou o seu aparecimento.

O registo religioso é produto da religiosidade popular, da afeição, da devoção do ser humano a uma entidade superior, representada através de uma imagem, mais concretamente de uma gravura, também ela designada de *registo de santo*. Toda a ornamentação que a envolve reflecte um acto de homenagem ao Divino. Dependendo da cultura estética, dos materiais disponíveis, dos recursos de quem os encomenda, da habilidade e da criatividade do artista, surgem diversas formas – rectangulares, ovais, octogonais, estrelóide, hexagonal, coração – em vidro, cartão, canas ou madeira, revestidos de sedas, papéis ou damascos, bordados a fio de ouro, prata, canutilho ou lantejoulas, ornados de flores policromadas de tecido, de missangas ou de papel e rematados por galões decorativos dourados de metal, de passamanaria ou também de papel.

O principal objectivo desta dissertação visa o estudo da vertente cultural e patrimonial dos registos religiosos, sublinhando a sua importância nos contextos histórico, religioso e artístico nacional, e a salvaguarda do acervo da Pousada dos Lóios.

Ao longo do trabalho pretendemos dar resposta não a uma mas sim a duas questões por nós consideradas como mais prementes. O que são os registos religiosos? E como preservar e valorizar uma arte que dada a sua pouca visibilidade tem deambulado pelos meandros do esquecimento e do anonimato?

Para conseguirmos atingir o nosso intento, numa primeira etapa vamos procurar descodificar e analisar as raízes espirituais e materiais dos registos religiosos, e, numa segunda parte debruçar-nos-emos exclusivamente sobre o estudo de caso em si.

Importa desde já salientar que em termos bibliográficos não encontramos nenhuma obra específica sobre a história e a produção dos registos religiosos. Descobrimos apenas catálogos de exposições, e uma edição da Secretaria Regional da Economia / Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores, intitulada “*Registos do Senhor, Registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres*” que se reporta exclusivamente ao caso açoriano¹.

Mais especificamente, poderemos adiantar que esta tese irá desenvolver-se ao longo de quatro capítulos. No primeiro, e para que consigamos entender o sentimento que está por detrás do registo religioso, analisaremos o universo da religiosidade popular, uma vez que o culto, o apreço e a relação com a imagem são apanágio deste fenómeno. Com efeito, para o povo, a imagem é mais do que uma simples representação convencional do sagrado. É uma forma de percepcionar uma realidade invisível, de sentir e viver Cristo, a Virgem Maria e os Santos.

No segundo capítulo, recuaremos ao período compreendido entre os séculos XV e XIX e faremos uma retrospectiva da gravura artística na história da arte portuguesa, porque a gravura é o elemento central, a imagem objecto da religiosidade, do registo religioso. Daremos a conhecer os artistas, as técnicas e as tendências desse período, e iremos ao encontro dos registos de santos e dos registos religiosos.

O terceiro capítulo poderá ser considerado, grosso modo, como o coração de toda a dissertação. Com ele entraremos no campo da arte popular, traçaremos o

¹ De um modo geral o que distingue os registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres dos outros registos religiosos são: a forma concepcional, sempre em formato de um quadro com moldura de madeira, a gravura utilizada, que é exclusivamente a do Senhor Santo Cristo, o conhecimento do local da origem deste objecto devocional (Ilha de S. Miguel) e o facto do Centro Regional de Apoio ao Artesanato (Açores) pugnar pela sua salvaguarda, atribuindo um selo de garantia aos registos que mantenham as características originais e que sejam executados por artistas inscritos no Centro.

percurso das pousadas de Portugal, analisaremos o acervo da Pousada dos Lóios e com a nossa proposta de inventariação / catalogação daremos o primeiro passo para a sua conservação e salvaguarda.

No quarto capítulo, apresentaremos uma segunda proposta de valorização para o acervo, concretizável no formato de uma exposição monográfica e temporária.

No que concerne à metodologia de investigação, ela pressupõe uma pesquisa histórica exaustiva, centrada nas bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian e na Biblioteca Nacional, de molde a que seja possível analisar o tema sob os vários aspectos da cultura religiosa, da arte, da hagiografia e da museologia.

Por fim, ultimaremos o nosso estudo com a conclusão, o glossário, a bibliografia e os anexos. Estes últimos são constituídos por um quadro representativo dos nomes de editores, de fabricantes e de oficinas de registos de santos que existiram outrora na cidade de Lisboa (Anexo I); as restantes trinta e sete fichas de inventariação do acervo da Pousada dos Lóios constituem o Anexo II.

CAPÍTULO I

Religiosidade popular: expressões, devoção e as práticas da fé

“Catolicismo popular”, “piedade popular”, “religião do povo”, “devoção popular”, “religiosidade popular”...Nos últimos tempos tem-se procurado encontrar, em vão, uma única expressão e um conceito normalizado para definir a profunda vivência religiosa do povo.

Frequentemente apontada como uma forma menos própria de compreender e de professar a religião oficial, a religiosidade popular – terminologia que adoptaremos ao longo do nosso trabalho – é uma realidade viva na Igreja e da Igreja, que reúne no seu núcleo um riquíssimo acervo de valores históricos e culturais.

Paradoxalmente, encontramos-nos em simultâneo na presença da marginalização do religioso e na da actualidade das religiões. Com as suas variantes, graus de fé, mais pobre ou mais rica, esta religiosidade tanto pode andar muito próxima como afastada da liturgia, em harmonia com ela ou em total dissonância. Poderá, inclusivamente, viver em pleito com o ano litúrgico ou a pisar constantemente o risco da idolatria. Em poucas palavras, este sentimento religioso, apanágio das multidões, pode ser pura devoção cristã ou uma mera expressão de folclore.

É através de uma linguagem muito peculiar, veiculada nos gestos, nas atitudes e manifestações – beija-se a cruz, percorre-se a Via Sacra, participa-se numa peregrinação, ajoelha-se diante do túmulo de um mártir ou de um santo, conservam-se restos do seu corpo ou dos seus vestidos² – que a religiosidade popular expressa o seu relacionamento com o transcendente. Convicções que foram transmitidas, assimiladas e mantidas, na tradição oral, ao longo dos séculos.

Com efeito, as nossas crenças populares ainda comportam hoje em dia, uma série de superstições e aspectos mágicos – provenientes do paganismo celta – contra os quais, já no século VI, São Martinho de Dume se insurgia, mas que de

² Octávio Carmo (03-06-2003) – O pluralismo religioso português, <<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=913>>, (24.07.2009).

acordo com D. Manuel Clemente³, sobreviveram e persistiram ao longo dos tempos, no noroeste do nosso país⁴. Muitas das festividades pagãs que foram cristianizadas continuam a coincidir com celebrações que eram praticadas em eras distantes.

Para Luís Maldonado, a religiosidade popular é facilmente caracterizável através dos seguintes traços: o *mágico*, o *simbólico* e *imaginativo*, o *místico*, o *festivo e teatral*, o *comunitário*, e o *político*:

“ (...) O mágico, em primeiro lugar, enquanto maneira de apreender as coisas como interligadas e comunicantes, muito aquém ou além das divisões e distinções que a boa lógica nos obriga a fazer-lhes. O simbólico e o imaginativo, enquanto olha as coisas deste mundo como símbolos e imagens doutro. O místico, enquanto apreensão total e não só intelectual das celebrações, vivência emotiva e alargamento da consciência que nelas se busca. O festivo e o teatral, o gosto pelo excesso e pela grande expressividade e encenação. O comunitário, já que as manifestações da religiosidade popular são geralmente dum grupo, dum aldeia, dum bairro. O político ainda, quando em determinada crença ou prática se aviva também a identidade dum povo ou se busca mais justiça (...)”⁵.

Devido à sua diversidade e complexidade, trata-se de um tema de difícil enquadramento. Apresenta-se de formas muito ricas e sustenta-se no popular, na família, na cultura e sobretudo no mistério da fé. Fé que os crentes alimentam e professam de acordo com as suas idiossincrasias, maneira de ser, sentir e pensar. Em algumas das práticas – especialmente nas peregrinações – transfigura-se numa enorme capacidade de abnegação que chega a raiar o heroísmo.

As vivências pessoais são tão íntimas e tantos os modos das expressar publicamente que não se pode falar de um único modelo de religiosidade popular, mas sim de vários. Nesses modelos incluem-se as manifestações colectivas, festas populares, crenças e ritos de devoção singular. Todos partilham em comum os elementos que são sustentados pela fé, como a Caridade fraterna; o “Povo” – não só na condição do povo comum que somos todos nós, mas também na das

³ Manuel Clemente – **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular**. Apelação: Paulus. 2002, p.73.

⁴ A adivinhação, os agouros de animais e humanos, o culto dos astros, dos mortos e da natureza, a atribuição de dias de semana aos deuses pagãos (embora no nosso país se tivesse entretanto substituído a sua designação por nomes eclesiásticos: 2ª feira, 3ªfeira, etc.), encantamentos, ensalmos, uso mágico de ervas, prática da feitiçaria, invocação do diabo, magia e sortilégios. Todos estes elementos são citados por S. Martinho, em pleno século VI, na diocese de Dume (Braga). Cf. Manuel Maciel – **O De correctione rusticorum de S. Martinho de Dume**. Separata da revista *Bracara Augusta* XXXIV (Julho – Dezembro de 1980), 73-74.

⁵ Apud. Luís Maldonado – **Religiosidad popular: nostalgia de lo magico**, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1976.

manifestações das tradições normais que identificam uma determinada comunidade – e a Relação com o mistério de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos Santos.

A religiosidade popular patenteia uma especial veneração pelos Santos. Com eles percorre-se o caminho até Deus. O povo encomenda-se à sua intercessão, recorda os seus milagres e protecção. Erige-lhes templos, santuários e festeja em sua honra.

Compreende-se assim que o culto das imagens seja uma das práticas mais relevantes das manifestações desta religiosidade. As imagens são verdadeiros suportes materiais e artísticos de uma realidade impossível de captar pelos sentidos. Portadoras de uma mensagem e conteúdo de fé, estimulam e conduzem à oração.

O Papa João Paulo II, na *Carta aos Artistas* – 4 de Abril de 1999 – relembrou, com as seguintes palavras, a função que os bens artísticos e culturais da Igreja devem desempenhar:

“ (...) Para transmitir a mensagem que Cristo lhe confiou, a Igreja tem necessidade da arte. De facto, deve tornar perceptível e até o mais fascinante possível o mundo do espírito, do invisível, de Deus. Por isso, tem de transpor para fórmulas significativas aquilo que, em si mesmo, é inefável. Ora a arte possui uma capacidade muito própria de captar os diversos aspectos da mensagem, traduzindo-os em cores, formas (...) que estimulam a intuição de quem os vê (...) sem privar a própria mensagem do seu valor transcendente e do seu halo de Mistério. A Igreja precisa particularmente de quem saiba realizar tudo isto no plano (...) figurativo, trabalhando com as infinitas possibilidades das Imagens e suas valências simbólicas. O próprio Cristo utilizou amplamente as Imagem na sua pregação (...)”⁶.

1. Religiosidade e actualidade

Em muitos dos países de cultura ocidental – incluindo o nosso – existe um grande número de pessoas baptizadas. Contudo, as suas atitudes no que respeita à vivência da fé, crenças e prática cristã são muito diferentes. Podemos encontrar desde manifestações de influências pagãs a demonstrações de um profundo

⁶ Papa João Paulo II, (23-04-1999) – **Carta aos Artistas** nº 12, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jp-ii_let_23041999_artists_po.html>, (27-03-2009).

sentimento religioso, ou mesmo multidões pouco afoitas às práticas cristãs, mas que assimilaram uma profunda consciência religiosa.

A maioria das manifestações cultuais da religiosidade popular ou tem inculcados valores cristãos, ou revela a sua influência. Festividades como a Semana Santa, o Corpo de Deus, as festas da Virgem e dos Santos, as peregrinações a determinados Santuários ou as devoções tradicionais são, de todas as celebrações, as que mais atraem. A população acorre em massa, rejubilante, impulsionada pela crença que a move, não obstante a sua conduta moral apresentar falhas e incongruências que são perceptíveis, por exemplo, na reduzida participação em actividades relacionadas com o culto oficial, no desapego às organizações da Igreja ou na dificuldade de subjugação às suas regras. Afastam-se dela, mas não do Sagrado.

Estamos perante uma religiosidade profundamente enraizada no povo de Deus, presente em todos os níveis sociais. Uma expressão religiosa que contém autênticos valores espirituais. Algo herdado e muito arreigado à tradição familiar, que nem sempre é preconizada pelos verdadeiros crentes, mas da qual não se deve dissociar o conteúdo religioso:

“ (...) Antes de mais, importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se das suas dimensões interiores e dos seus inegáveis valores, estar-se disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo (...)”⁷

Ao finalizar a Celebração Mariana no Santuário de *Nuestra Señora del Rocío*, em Junho de 1993, o Papa João Paulo II relembrava aos presentes:

“ (...) A vossa devoção à Virgem representa uma vivência chave na religiosidade popular e, ao mesmo tempo, constitui uma complexa realidade sócia – cultural e religiosa. Nela, junto aos valores de tradição histórica, de ambiente folclórico e de beleza natural e plástica, conjugam-se ricos sentimentos humanos de amizade compartilhada, igualdade de trato e valor de todo o belo que a vida encerra no comum gozo da festa. Mas, nas raízes profundas deste fenómeno religioso e cultural, aparecem os autênticos

⁷ Papa Paulo VI, (08-12-1975) – **Evangelii Nuntiandi** n° 48, <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html>, (27-03-2009).

valores espirituais da fé em Deus, o reconhecimento de Cristo como Filho de Deus e Salvador dos homens, do amor e devoção à Virgem e da fraternidade cristã, que nasce como sabemos filhos do mesmo Pai celestial (...) “⁸.

Apesar de presentemente estar a aumentar, a olhos vistos, o número de indivíduos que assume a sua indiferença em termos religiosos, a verdade é que eles participam cada vez mais nos acontecimentos da Igreja, interpretando-os como um mero produto cultural e folclórico. Desfrutam da festa usurpando-lhe o conteúdo. São atraídos pelo povo, pela cultura, pela arte, pela estética e não pela fé, pelo religioso ou pelo Mistério que se vive e celebra.

Ainda no mesmo santuário, João Paulo II também se pronunciou sobre esta evidência:

“ (...) Com efeito, separar a manifestação da religiosidade popular das raízes evangélicas da fé, reduzindo-a a uma mera expressão folclórica ou costumista seria atraiçoar a sua verdadeira essência. É a fé cristã, é a devoção a María, é o desejo de imitá-la que dá autenticidade às manifestações religiosas e marianas do nosso povo. Mas essa devoção mariana, tão enraizada nesta terra de Maria Santíssima, necessita ser esclarecida e alimentada continuamente com o escutar e a meditação da palavra de Deus, fazendo dela a pauta inspiradora da nossa conduta em todo os âmbitos da nossa existência quotidiana (...) “⁹.

2. A religiosidade: análise e caracterização

A religiosidade é um capítulo fundamental na história da humanidade. É uma das suas marcas de identidade: “ (...) *É popular quando se exprime na cultura de cada povo, com as particularidades que a mais ou menos prolongada vivência colectiva lhe conferiu. Mas é-o também enquanto for mais afectiva que reflexiva, mais experimental que nocional, mais concreta que abstracta (...)”¹⁰.*

É avessa a uma fé racional, intelectualizada, na medida em que, “ (...) *move-se num universo simbólico. (...) Não ganha o divino por salto intelectual: detecta-o,*

⁸ Papa Juan Pablo II, (14-06-1993) – **Discurso del Santo Padre Juan Pablo II al final de la celebración mariana en el santuario de Nuestra Señora del Rocío**, (tradução da autora) <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1993/june/documents/hf_jp-ii_spe_19930614_virgen-rocio_sp.html>, (12-04-2009).

⁹ **Idem.**

¹⁰ Manuel Clemente – **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular**. Apelação: Paulus. 2002, p.45.

pressente-o, busca-o, na cerimónia, no objecto, no ambiente (...) ”¹¹. O estético sobrepõe-se ao conteúdo, a manifestação à celebração do mistério de Deus, a religiosidade à religião.

Na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* do Papa Paulo VI, sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo – datada de 8 de Dezembro de 1975 –, o fenómeno da religiosidade popular é assim definido:

“ (...) Neste ponto, tocamos um aspecto da evangelização a que não se pode ser indiferente. Queremos referir-nos àquela realidade que com frequência vai sendo designada nos nossos dias com os termos religiosidade popular. É um facto que, tanto nas regiões onde a Igreja se acha implantada de há séculos quanto nos lugares onde ela se encontra em vias de implantação, subsistem expressões particulares da busca de Deus e da fé. Encaradas durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões assim constituem hoje em dia, mais ou menos por toda a parte, o objecto de uma redescoberta. Os Bispos aprofundaram o seu significado, no decorrer do recente Sínodo, com um realismo e um zelo pastoral que são de assinalar.

A religiosidade popular pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se frequentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com frequência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial.

Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rica de valores. Assim, ela traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõem-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante, etc. Ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam algures no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida quotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção, etc. Em virtude destes aspectos, nós chamamos-lhe de bom grado “piedade popular”, no sentido religião do povo, em vez de religiosidade (...) ”¹².

A religiosidade popular tem acompanhado a par e passo a vida da Igreja. Contudo, determinadas abordagens levam-nos a crer que ela representa ” (...) a

¹¹ Manuel Clemente – **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular**. Apelação: Paulus. 2002, p.19.

¹² Papa Paulo VI, (08-12-1975) – **Evangelii Nuntiandi** nº 48, <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html>, (27-03-2009).

sobrevivência das crenças e práticas anteriores à expansão do cristianismo (...) ¹³. O etnógrafo Leite de Vasconcelos, o sociólogo Moisés Espírito Santo e o antropólogo – e também sociólogo – Pierre Sanchis, com as devidas distâncias cronológicas, foram alguns dos defensores desta máxima.

O primeiro, no início do séc. XX, asseverou que:

" (...) se com a propagação do cristianismo as entidades míticas da gentildade ao fim de certo tempo desapareceram na máxima parte quanto aos nomes, não desapareceram de todo quanto às funções, porque é sabido que continuam vivendo agora sob a égide de outras entidades. O Diabo, os santos, a Virgem Maria, o próprio Cristo desempenham muitos dos papéis que os antigos atribuíam aos seus deuses (...) " ¹⁴.

Para fundamentar esta asserção, Leite de Vasconcelos usou os seguintes exemplos comparativos:

" (...) Nas encruzilhadas levantavam os Romanos uma aedicula ou uma ara em honra dos Lares compitales (...): o nosso povo alça aí uma cruz, ou erige umas «alminhas». Os negociantes de Roma honravam particularmente Mercúrio com festas e santuários (...); hoje, sobretudo no Norte e na Beira as lojas de negócio ostentam um nicho com a imagem de Santo António, ladeada de jarrinhas com flores (...). Aos genii das cidades romanas correspondem entre nós os oragos ou padroeiros cristãos (...) " ¹⁵.

Quanto ao contemporâneo Moisés Espírito Santo, afiança que:

" (...) nas aldeias e nas vilas ou cidades continuam a praticar-se ritos vindos do fundo dos tempos, inúmeras vezes condenados pelas instituições eclesiásticas ou mesmo pelos regulamentos municipais. Religião cristã, magia, feitiçaria formam um todo coerente no seio das camadas populares, recorrem aos mesmos símbolos e podem ser justificados pelo mesmo versículo do Evangelho (...) " ¹⁶.

Por último, e após ter analisado as nossas romarias, o também coetâneo Pierre Sanchis questionou-se se haveria um elo de ligação entre as práticas pré-

¹³ Manuel Clemente – **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular**. Apelação: Paulus. 2002, p.53.

¹⁴ Cit.por Leite de Vasconcelos – **Religiões da Lusitânia**. Imprensa Nacional / Casa da Moeda, reimpressão da ed. de 1913, III volume, p.594.

¹⁵ **Idem**, pp. 595-596.

¹⁶ Cit. por Moisés Espírito Santo – **A religião popular portuguesa**. Regra do jogo. Lisboa, s.d., p.13.

cristãs e as contemporâneas, ou simplesmente atitudes idênticas, praticadas num meio social e natural que pouco se teria alterado. Acabou por constatar que:

“ (...) A localização dos santuários junto dos antigos lugares de culto, as lendas dos santos – e o seu culto –, associadas aos elementos naturais (rochedos, mar, fontes, árvores), a permanência de certos itinerários ou gestos rituais, a intensidade do sentimento da natureza, que leva o romeiro a ver a sede do sagrado mais na globalidade de um sítio cuja harmonia aprecia e celebra do que nos limites estreitos do santuário, a tendência, historicamente atestada pela igreja, para celebrar junto das árvores e no campo, são factores que nos obrigam a ler o comportamento dos romeiros em referência a gestos e sem dúvida a complexos rituais abolidos. Continuidade histórica ou ressurgência na base de uma permanência estrutural (...)”¹⁷.

As teorias destes autores são plausíveis, porém não podemos confinar a religiosidade popular a um resquício de crenças e práticas pré-cristãs. Há que ter em linha de conta que muitas das suas grandes manifestações, como por exemplo Fátima, são fruto do cristianismo católico. Parafraseando D. Manuel Clemente,

” (...) subsistem na nossa religiosidade popular quatro componentes maiores: tudo quanto sobrevive do paganismo e sempre recomeça, porque corresponde a uma religiosidade “natural” que brota dum apelo espontâneo à segurança e à etemização; o que vem das religiões não-cristãs que aqui viveram ou vivem ou com as quais contactámos, do judaísmo ao islamismo, dos cultos africanos aos orientais e americanos; o que provém destas duas fontes – crenças pré-cristãs e não-cristãs – mas se encontra mais ou menos cristianizado; finalmente, o que é de inspiração puramente cristã (...)”¹⁸.

Este autor, à semelhança de Emile Poulat, distancia-se de uma noção de religiosidade que a limite a *“ (...) um sistema autónomo vindo das épocas mais recuadas, face à religião oficial, clerical, erudita, representada pela Igreja hierárquica: uma resistência do substrato pré-cristão e das classes subalternas à cultura cristã imposta pelas classes dominantes (...)”¹⁹.*

Também não devemos aceitar que a prática da religiosidade popular seja apenas apanágio dos mais simples, dos menos instruídos. É um fenómeno comum a

¹⁷ Pierre Sanchis – **Arraial, festa de um povo**. Dom Quixote. Lisboa: 1983, p. 325.

¹⁸ Cit. por Manuel Clemente – **Motivos tridentinos da nossa religiosidade popular: a pregação de Frei António das Chagas** (a partir da sua biografia, escrita pelo Padre Manoel Godinho), in *Studium Generale / Estudos Contemporâneos* 6 (1984) p.61.

¹⁹ Apud Emile Poulat, in Moisés Espírito Santo, **A religião popular portuguesa**, prefácio, 8.

todos os fiéis. A própria Exortação apostólica *Ecclesia in América* – 22 Janeiro de 1999 – alude que,

“ (...) *esta religiosidade*” (...) *encontra-se em todos os níveis e sectores sociais, assumindo uma importância especial como lugar de encontro com Cristo para aqueles que, com espírito de pobreza e humildade de coração, buscam a Deus com sinceridade* (...)”²⁰.

Sabemos que a religião oficial a conotou negativamente, ao longo dos séculos, devido aos seus desvios e insuficiências. Contudo, apesar das tenções e de alguns conflitos não estamos perante dois universos separados ou antagónicos. No próprio *Directorio sobre a piedade popular e a liturgia* que decorreu na cidade do Vaticano em 2002 esta afirmação foi reforçada²¹.

3. A Igreja Católica e a questão da religiosidade popular

No período que antecedeu ao Concílio Vaticano II – 1962/65 – dominava um Cristianismo de certa forma purista. Por esse motivo eram depreciadas as manifestações religiosas de cariz popular. Qualquer teólogo que focasse o tema da “pastoral de massas” era automaticamente criticado e apelidado de antiquado.

O Concílio não resolveu directamente este problema, mas como a sua vertente eclesiástica e pastoral não podia excluí-lo do âmbito da reflexão conciliar, viu-se coagido a decretar algumas Constituições, de entre as quais enunciamos: a *Sacrosanctum concilium* (4 de Dezembro de 1963), dedicada à sagrada liturgia; a *Lumen gentium* (21 de Novembro de 1964), tocante à Igreja, e a *Apostolicam actuositatem* (18 de Novembro de 1965) que é sobre o apostolado dos leigos.

²⁰ João Paulo II, (22-01-1999) – **Ecclesia in América** nº 16, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apot_exortations/documents/hf_jp_ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html>, (22-04-2009).

²¹ “O Magistério reconhece os valores inegáveis da piedade popular. No entanto, não deixa de enumerar alguns perigos que a podem ameaçar: presença insuficiente de elementos essenciais da fé cristã, como o significado salvífico da Ressurreição de Cristo, o sentido de pertença à Igreja, a pessoa e a acção do Espírito divino; a desproporção entre a estima pelo culto dos Santos e a consciência da centralidade absoluta de Jesus Cristo e do seu mistério; o escasso contacto directo com a Sagrada Escritura; o distanciamento da vida sacramental da Igreja; a tendência para separar o momento cultural dos compromissos da vida cristã; a concepção utilitarista de algumas formas de piedade; a utilização de “sinais, gestos e fórmulas, que às vezes adquirem excessiva importância ao ponto de raiar o espectacular”; o risco, em casos extremos, de “favorecer a entrada de seitas e de conduzir à superstição, à magia, ao fatalismo ou à angústia”. Cit. por Juan Pablo II, (13-05-2002) – **Directorio sobre la piedad popular** nº 65, (tradução da autora) <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_doc_20020513_vers-diretorio_sp.html>, (17-04-2009).

Face à celeridade com que a *Sacrosanctum Concilium* foi promulgada, alguns investigadores interpretam-na como a solução encontrada para resolver a situação. Certo é que, com uma simples vista de olhos por alguns dos títulos ou subtítulos – celebração da eucaristia, os sacramentos, o ano litúrgico, o culto da Virgem e dos Santos, a arte e os objectos sagrados – apercebemo-nos do seu real contributo para a compreensão e valorização da religiosidade popular.

Especialmente interessante para nós é o capítulo VII, porque se pronuncia sobre a arte e o culto das imagens:

*“ (...) Mantenha-se o uso de expor imagens (...) à veneração dos fiéis. Sejam, no entanto, em número comedido e na ordem devida, para não causar estranheza aos fiéis nem contemporizar com uma devoção menos ortodoxa (...)”*²².

Na Constituição dogmática *Lumen gentium*, a Igreja é apresentada como povo de Deus. Bispos, sacerdotes, diáconos, religiosos e religiosas participam unanimemente na sua vida e missão evangelizadora.

O IV capítulo dirige-se aos fiéis leigos – consagrados a Cristo pelo sacramento do baptismo e que orientam a sua vida de acordo com os cânones do Evangelho – com o seguinte discurso:

*“ (...) O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Baptismo (...). Os leigos são especialmente chamados a tomarem a Igreja presente e activa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles ela pode ser o sal da terra. Deste modo, todo e qualquer leigo, pelos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja (...)”*²³.

Na qualidade de associações de fiéis que são, direccionadas para o culto e exercício da caridade, as Irmandades e Confrarias têm uma posição de destaque no campo das práticas das manifestações da religiosidade popular. Justifica-se assim a

²² Papa Paulo VI, (04-12-1963) – **Sacrosanctum Concilium** nº125, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html>, (17-04-2009).

²³ Papa Paulo VI, (21-11-1964) – **Lumen Gentium** nº 33, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>, (27-03-2009).

sua menção na *Apostolicam actuositatem*, Constituição que tem como finalidade a orientação da participação do leigo na vida da igreja:

“ (...) O apostolado em associação é de grande importância também porque, nas comunidades eclesiais e nos vários meios, o apostolado exige com frequência ser realizado mediante a acção comum. As associações criadas para a acção apostólica comum fortalecem os seus membros e formam-nos para o apostolado. Além disso, distribuem ordenadamente e orientam o seu trabalho apostólico, de modo que se podem esperar daí frutos muito mais abundantes do que se agisse cada um por sua conta (...)”²⁴

Foi a partir dos anos 80, logo após a ocorrência da III Conferência geral do episcopado latino-americano – Puebla (México) 1979 –, que se avolumaram os ensaios sobre a religiosidade popular. Despertou o interesse e a necessidade de a conhecer e valorizar nas suas várias dimensões: social, antropológica e cultural, sem nunca esquecer a manifestação cristã da fé.

3.1. O Magistério Pontifício

Foram várias as ocasiões em que o Magistério pontifício se pronunciou sobre a religiosidade popular. Embora tenha sido mais explícito numas do que noutras, a verdade é que nunca deixou de lhe prestar a devida atenção, reconhecer os valores inegáveis e estar atento a eventuais desvios.

O Papa Paulo VI foi um dos responsáveis por três dos documentos mais emblemáticos: a Carta encíclica *Mysterium fidei* (de 3 de Setembro de 1965), sobre o culto da sagrada eucaristia, as Exortações apostólicas *Marialis cultus* (de 2 de Fevereiro de 1974), para o desenvolvimento do culto à Virgem Maria, e a *Evangelii nuntiandi*, à qual já nos referimos anteriormente e que declara que a única razão de ser da Igreja é a evangelização.

Enquanto que a Carta *Mysterium fidei* instiga a prática do culto eucarístico, com puro sentido eclesial, a Exortação *Marialis cultus* sublinha que:

“ (...) A Igreja (...) instruída pelo Espírito e amestrada por uma experiência multissecular, reconhece que também a piedade para com a bem-aventurada

²⁴ Papa Paulo VI, (18-11-1965) – *Apostolicam Actuositatem* n° 18, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/va-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html>, (19-04-2009).

*Virgem Maria, subordinadamente à piedade para com o divino Salvador e em conexão com ela, tem uma grande eficácia pastoral e constitui uma força renovadora dos costumes cristãos (...)*²⁵.

Não desfazendo do mérito de Paulo VI, foi João Paulo II quem prestou o maior tributo a esta temática, articulando um sem fim de discursos e homílias, e umas tantas ou quantas Exortações e Encíclicas.

Se da *Cathechesi tradendae* (16 de Outubro de 1979), sobre a catequese do nosso tempo, ressalvamos o ponto 54, onde é vincada a função catequética da religiosidade popular²⁶, da *Redemptoris Mater* (25 de Março de 1987), acerca da Bem Aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho, salientamos o trecho que diz que “ (...) se podiam propor à veneração dos fiéis, conjuntamente com a Cruz, as imagens da Mãe de Deus, dos Anjos e dos Santos, tanto nas igrejas como nas casas ou ao longo dos caminhos (...)”²⁷.

Em Dezembro de 1988 foram publicadas a Exortação apostólica *Christifideles laici*, sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo, e a Carta *Vicesimus quintus annus*, por ocasião do vigésimo quinto aniversário da constituição, sobre a sagrada liturgia. A primeira presidia que:

“ (...) A fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência, como são os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. (...) Noutras regiões ou nações, porém, conservam-se bem vivas ainda tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas, esse património moral e espiritual corre hoje o risco de esbater-se sob o impacto de

²⁵ Papa Paulo VI, (02-02-1974) – **Marialis Cultus** nº 57, <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus_po.html>, (27-03-2009).

²⁶ O Papa João Paulo II refere que “outro problema de método diz respeito à valorização dos elementos válidos da piedade popular, pelo ensino catequético. Penso naquelas devoções que são praticadas pelo povo fiel nalgumas regiões com um fervor e uma pureza de intenção comovedores embora a fé que está na sua base deva ser purificada, ou mesmo rectificadora, sob muitos aspectos. Penso igualmente em certas orações fáceis de compreender, que tantas pessoas simples gostam de repetir. E penso ainda em certos actos de piedade, praticados com desejo sincero de fazer penitência e de agradecer ao Senhor. Subjacentes à maior parte dessas orações e atitudes, ao lado de elementos que são de pôr de parte, outros há também que, se bem utilizados, poderiam perfeitamente servir para fazer progredir e aperfeiçoar o conhecimento do mistério de Cristo ou da sua mensagem: o amor e a misericórdia de Deus, a Encarnação de Cristo, a sua Cruz redentora e a sua Ressurreição, a acção do Espírito Santo em cada um dos cristãos e na Igreja, o mistério de além-túmulo, as virtudes evangélicas a praticar, a presença do cristão no mundo, etc. Sendo assim, porque haveríamos de estar a aproveitar elementos não cristãos – ou até anticristãos – deixando de apoiar elementos que, muito embora precisem de ser revistos e corrigidos, têm já alguma coisa de cristão na sua raiz?”. Cf. *Cathechesi tradendae*, de João Paulo II.

²⁷ Papa João Paulo II, (25-03-1987) – **Redemptoris Mater** nº 33, <http://www.vatican.va/edocs/POR0063/_INDEX.HTM>, (27-03-2009).

múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas (...) ²⁸.

E a segunda referia-se assim à piedade popular:

*“ (...) Esta piedade popular não pode ser ignorada nem tratada com indiferença ou desprezo, porque é rica em valores e expressa por si mesma uma atitude religiosa perante Deus; mas tem necessidade de ser continuamente evangelizada, para que a fé que expressa seja um acto cada vez mais maduro e autêntico. Tanto os actos piedosos do povo cristão, como outras formas de devoção, são aceites e recomendados desde que não substituam e não se misturem com as celebrações litúrgicas. Uma autêntica pastoral litúrgica saberá apoiar-se nos valores da piedade popular, purificá-la e orientá-la na liturgia como contributo dos povos (...) ”*²⁹.

Editado em 1992, o *Catecismo da Igreja Católica*, faz saber que:

*“ (...) Para manter e apoiar a religiosidade popular, é necessário um discernimento pastoral. O mesmo se diga, se for caso disso, para purificar e corrigir o sentimento religioso subjacente a essas devoções e para fazer progredir no conhecimento do mistério de Cristo. A sua prática está submetida ao cuidado e às decisões dos bispos e às normas gerais da igreja (...) E que além da liturgia, a vida cristã nutre-se das variadas formas da piedade popular, enraizadas nas diferentes culturas. Procurando esclarecê-las com a luz da fé, a Igreja favorece as formas de religiosidade popular que exprimem um instinto evangélico e uma sabedoria humana, e que enriquecem a vida cristã (...) ”*³⁰.

A Exortação *Dies Domini* (31 de Maio de 1988), acerca da santificação do Domingo estabelece a relação entre a religiosidade popular e este dia da semana:

“ (...) Merecem uma reflexão pastoral específica aquelas situações, frequentes, em que as tradições populares e culturais típicas dum ambiente ameaçam invadir a celebração dos domingos e outras festas litúrgicas, incorporando no espírito da autêntica fé cristã elementos que lhe são alheios poderiam desfigurá-la. (...) Porém, é preciso não esquecer que muitas vezes tais tradições — e o mesmo vale, analogamente, para as

²⁸ Papa João Paulo II, (30-12-1988) – **Christifideles Laici** nº 34, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html>, (27-03-2009).

²⁹ Papa João Paulo II, (04-12-1988) – **Vicesimus Quintus Annus** nº 18, (tradução da autora), <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_04121988_vicesimus-quintus-annus_sp.html>, (27-03-2009).

³⁰ Papa João Paulo II, (2005) – **Catecismo da Igreja Católica** nº 1679, <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>, (02-04-2009).



novas propostas culturais da sociedade civil — possuem valores que se harmonizam, sem dificuldade, com as exigências da fé (...)»³¹.

No término do grande jubileu do ano 2000, decretou-se a carta apostólica *Novo Millennio ineunte*, que apelava,

“ (...) A um maior empenho nas comunidades não só religiosas mas também paroquiais para que o clima fosse permeado de oração, valorizando com o devido discernimento as formas populares, e sobretudo educando para as formas litúrgicas. A ideia de um dia da comunidade cristã, em que se conjuguem, os múltiplos compromissos pastorais e de testemunho no mundo, com a celebração eucarística e mesmo com a reza de Laudes e Vésperas, é talvez mais «pensável» do que se crê. Demonstra-o a experiência de tantos grupos cristãmente empenhados, mesmo com forte presença laical (...)»³².

De cada uma das assembleias dos Sínodos dos Bispos continentais – África, América, Ásia, Oceânia e Europa resultou uma Exortação pontifícia. A *Ecclesia in África* (14 de Setembro de 1995), *Ecclesia in América* (22 de Janeiro de 1999), *Ecclesia in Ásia* (6 de Novembro de 1999), *Ecclesia in Oceânia* (22 de Novembro de 2001) e *Ecclesia in Europa* (28 de Junho de 2003). Dada a sua relevância (com excepção da *Ecclesia in África*) entendemos por bem destacar os excertos que se seguem:

Ecclesia in América

“ (...) Uma característica particular da América consiste na existência de uma intensa piedade popular radicada nas diversas nações. (...) Numerosas são tais expressões de piedade: «As peregrinações aos Santuários de Cristo, da Bem-aventurada Virgem e dos Santos, a oração pelas almas do purgatório, o uso dos sacramentais (...). Estas e muitas outras expressões de piedade popular oferecem aos fiéis a oportunidade de encontrar a Cristo vivo» (...)»³³.

³¹ Papa João Paulo II, (05-07-1988) – **Dies Domini** n° 80, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_05071988_dies-domini-po.html>, (27-03-2009).

³² Papa João Paulo II, (06-01-2001) – **Novo Millennio ineunte** n° 34, <http://www.jesus.2000years.de/holy_father/john-paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte_po.html>, (23-03-2009).

³³ Papa João Paulo II, (22-01-1999) – **Ecclesia in América** n° 16, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html>, (22-04-2009).

Ecclesia in Ásia

“ (...) A *inculturação* há-de ser marcada pela compatibilidade com o Evangelho e a comunhão com a fé da Igreja universal, em plena concordância com a Tradição da Igreja e com o intuito de fortalecer a fé do povo. A prova de uma *inculturação* verdadeira é verificar se o povo adere mais à sua fé cristã, porque a vê melhor com os olhos da sua própria cultura (...)”³⁴.

Ecclesia in Oceânia

“ (...) O processo de *inculturação* é o itinerário gradual pelo qual o Evangelho se encarna nas várias culturas. Por um lado, há alguns valores culturais que devem ser transformados e purificados, se se deseja que encontrem lugar numa cultura genuinamente cristã; por outro, há valores cristãos que facilmente criam raízes nas várias culturas. A *inculturação* nasce do respeito tanto pelo Evangelho como pela cultura onde é proclamado e acolhido (...)”³⁵.

Ecclesia in Europa

“ (...) Reserve-se uma especial atenção à piedade popular. Está, presente em larga escala nas diversas regiões da Europa através das confrarias, das peregrinações e procissões aos numerosos santuários. (...) Todas estas formas devem ser objecto duma cuidadosa pastoral de promoção e renovamento, ajudando a desenvolver tudo o que nelas seja genuína expressão da sabedoria do povo de Deus. Tal é, sem dúvida, o santo rosário (...). No campo da piedade popular, é preciso vigiar constantemente os aspectos ambíguos de determinadas manifestações, preservando-as de desvios secularistas, de consumismos imprudentes ou mesmo de riscos de superstição, para mantê-las sob formas maduras e autênticas (...)”³⁶.

4. Manifestações da religiosidade popular

Como expressões da religiosidade popular, entendemos “ (...) os costumes cristãos tradicionais, as práticas da piedade, procissões, romarias e peregrinações,

³⁴ Papa João Paulo II, (06-11-1999) – **Ecclesia in Ásia** nº 22, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul-ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia-po.html>, (18-04-2009).

³⁵ Papa João Paulo II, (22-11-2001) – **Ecclesia in Oceânia** nº 16, <http://www.vatican.va/holy_father/john-paul-ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii-exh-20001122_ecclesia-in-oceania-po.html>, (18-04-2009).

³⁶ Papa João Paulo II, (28-06-2003) – **Ecclesia in Europa** nº 79, <http://www.jesus.2000.years.de/holy_father/john_paul-ii/apost-exhortations/documents/hf_jp-ii-exh_20030628_ecclesia-in-europa-po.html>, (18-04-2009).

os sacramentos, os preceitos, as imagens, a devoção mariana, e as celebrações dos padroeiros (...)”³⁷

4.1. Os costumes cristãos tradicionais

É no âmbito dos costumes tradicionais que descobrimos não só as manifestações externas das práticas religiosas do povo, mas também toda uma panóplia de ladainhas e orações. Normalmente estas expressões são criticadas, acusadas de formalismo, de ritualismo desprovido de contexto e nexos, de pouco alento espiritual. Temos de admitir que, em parte, há uma certa veracidade nesta crítica. Quantas vezes as orações não são pronunciadas como uma cantilena, de forma sistematizada e automatizada? Mas por outro lado, não nos devemos esquecer que as pessoas mais simples têm dificuldade em entender um culto racionalizado e intelectualizado. Por esse motivo, agarram-se a rezas antigas e costumeiras que em muitas ocasiões são o único suporte da sua vida espiritual.

“ (...) O formulário popular exprime bastante a encarnação da fé, o seu enraizamento no ritmo da vida: as Avé-Marias que enquadram a manhã, a tarde e o descanso; a prece familiar da noite; as invocações do santo protector da viagem e propiciador do regresso feliz, do padroeiro da profissão, do socorro na tempestade... (...)”³⁸.

4.2. As práticas da piedade

As práticas da piedade estão relacionadas com os costumes cristãos tradicionais, todavia diferenciam-se deles “ (...) pelo seu carácter mais litúrgico ou colectivo: primeiras sextas-feiras, primeiros sábados, recitação do terço, via-sacra, consagração ao Sagrado Coração de Jesus ou ao Sagrado Coração de Maria, celebrações dos santos, visitas ao Santíssimo, Lausperene (...)”³⁹. Quer as críticas tecidas, quer as argumentações de ordem defensiva são similares às dos costumes tradicionais. Há é que sublinhar que estas práticas, em muitas situações, têm a

³⁷ Apud Alvarez Gaston Rosendo – *La religion del pueblo*. B.A.C Madrid: 1976, pp. 18s.

³⁸ Manuel Clemente – *A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular*. Apelação: Paulus. 2002, p. 28.

³⁹ *Idem*, p.29.

capacidade de inculcar uma maior espiritualidade, como a adoração eucarística ou a frequência dos sacramentos.

4.3. As procissões

As procissões são uma manifestação cultural do povo, de dimensão universal, detentoras de inúmeros valores religiosos e sociais. Porém, as de hoje em dia são cada vez mais interpretadas como espectáculos teatrais, de aparato, folclore e triunfalismo. Cortejos onde se demonstra uma fé postiça, que não se sente nem vive, na verdadeira acepção da palavra⁴⁰.

No *Directório sobre a piedade popular e a Liturgia* frisa-se que as procissões devem de ser orientadas,

“ (...) mesmo as de carácter mais popular, para a celebração da Liturgia: apresentando o percurso de uma Igreja para outra como caminhada da comunidade viva no mundo para a comunidade que está nos céus; providenciando para que se efectue sob a presidência eclesial, de modo a evitar as manifestações desrespeitosas e degenerativas; estabelecendo um momento de oração inicial, em que não falte a proclamação da Palavra de Deus; valorizando o canto, preferentemente dos salmos, acompanhado por instrumentos musicais; sugerindo que se leve na mão, durante o percurso, velas acesas; prevendo paragens que em alternância aos tempos de marcha, dêem a imagem da própria caminhada da vida; concluindo a procissão com uma oração doxológica a Deus, fonte de toda a santidade, e com a bênção dada pelo Bispo, pelo presbítero ou pelo diácono (...)”⁴¹.

Apesar destes pressupostos, a verdade é que a religiosidade popular entende melhor a Paixão do Senhor, se O puder acompanhar através de uma representação do Senhor dos Passos, ao longo das ruas da povoação, revivendo em cada uma das paragens os instantes mais eloquentes da ascensão para a cruz; “ (...)

⁴⁰ Segundo as indicações patentes em **Turismo religioso em Portugal**, <<http://www.bigviagem.com/turismo-religioso-em-portugal>>, (24-07-2009) e em **Portugueses em férias – Turismo religioso entre o passeio e a peregrinação**, in Público, in <<http://www.paroquias.org/noticias.php?n=3672>>, (24-07-2009), no nosso país o turismo religioso move milhões de pessoas por ano. As próprias instituições religiosas organizam e promovem as viagens, regra geral acompanhadas pelo padre da paróquia. Destinos como Fátima, a Terra Santa ou a Polónia são os mais visitados.

⁴¹ António Maia da Rocha – **Directório sobre a Piedade Popular e a Liturgia: princípios e orientações**. Lisboa: Paulinas. 2003, p.194.

comungará melhor com o Senhor imitando-o assim, do que ouvindo uma série de noções mais ou menos teóricas sobre o sentido da dor e da dádiva da vida (...) ”⁴².

4.4. Romarias e peregrinações

Presentes na alma do povo, as romarias e as peregrinações são análogas enquanto movimentações de pessoas que se dirigem a um santuário com o intuito de assinalarem um feito religioso, ou louvarem um padroeiro. Contudo, diferenciam-se. Regra geral, as romarias são mais populares, prazenteiras e alguns dos seus actos são mesmo desprovidos de sentimento religioso. É certo que muitos dos desvios se devem a factos que lhe são alheios, como é o caso, por exemplo, dos que advêm da propagação turística que se faz em seu torno. De molde a atrair a curiosidade dos turistas, apregoa-se unicamente a festa, o monumento ou a beleza do lugar, e descarta-se o espírito da fé.

As peregrinações têm uma missão mais penitencial e devocional. Ao longo dos tempos têm sofrido várias alterações, mas ainda hoje conservam os traços essenciais que definem a sua espiritualidade: dimensão penitencial, festiva, cultural, apostólica e de comunhão.

4.5. Os sacramentos

Apesar de serem sete os sacramentos, para a religiosidade popular só são importantes os quatro que estão directamente relacionados com a presença da família: o Baptismo, a Profissão de fé, o Matrimónio e as Exéquias. Desde o processo da escolha do nome para o Baptizado até às Exéquias, há todo um conjunto de rituais e símbolos, característicos dos costumes e tradições populares.

Com o sacramento do baptizado consagra-se o nascimento, a família dá continuidade aos seus valores cristãos e procura protecção divina para a criança. Porém, nem sempre a educação deste novo membro é devidamente exercida. Não raras são as vezes em que os padrinhos são escolhidos pelo seu estatuto social e não pela sua capacidade de acompanhamento do afilhado na catequese da fé religiosa.

⁴² Manuel Clemente – *A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular*. Apelação: Paulus. 2002, p.34.

Na nossa sociedade, a religiosidade popular manifesta-se de forma mais intensa na comunhão solene do que profissão de fé, na medida em que se acentua acima de tudo a festividade do acto litúrgico. É no termo da infância que a família revela à comunidade o seu trabalho de formadora e roga a Deus para que, a partir daquele momento, o adolescente não se desvie dos valores que lhe tentaram inculcar. É um sacramento pejado de afectividade. Para os pais porque se lembram da sua própria comunhão, os sentimentos afloram e reavivam-se os vestígios de uma piedade adormecida. Para os filhos porque o ambiente da festividade litúrgica propicia-lhes a imagem de uma existência religiosa que será vista como exemplar.

O matrimónio surge no seio de uma vida cristã, cujos momentos mais marcantes foram o baptizado e a comunhão solene. Neste sacramento repetem-se os rituais professados pelos pais e funda-se uma nova família.

Por último, as exéquias. Na partilha da dor e na solidarização do consolo mútuo, em mais um reencontro familiar e comunitário eterniza-se a memória do defunto, enaltecem-se-lhe qualidades que provavelmente não desfruiu enquanto foi vivo, e caso existam contendas e atritos, normalmente apagam-se.

4.6. Os preceitos

A religiosidade popular prende-se ao preceito dominical, à comunhão pascal e aos votos. Como ela está intimamente ligada ao ritmo da vida e a semana é entendida como um período de trabalho, é o Domingo que a consagra. Por esta razão a missa do Domingo é diferente das semanais.

A comunhão pascal surge na sequência do relacionamento que esta religiosidade mantém com a cadência da natureza. “ (...) *À regeneração primaveril corresponde a regeneração interior da confissão e da comunhão pascais* (...)”⁴³.

No que concerne ao cumprimento dos votos, a religiosidade popular assevera a sua responsabilidade e gratidão. Não pede apenas o que deseja. Move-se, crê em Deus e honra o cumprimento da promessa que faz.

⁴³ Manuel Clemente – *A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular*. Apelação: Paulus. 2002, p.42.

4.7. As Imagens

Portadoras de uma mensagem espiritual, as imagens sacrossantas pertencem, em simultâneo, ao universo dos símbolos sagrados e ao da arte.

Como num espelho fiel reflectem todos os progressos do pensamento humano e todas as formas de sensibilidade. Se uma palavra pode ter numerosos significados, uma imagem pode despertar ideias muito diferentes e até diametralmente opostas, de acordo com as épocas. Algumas das lendas de santos, por exemplo, devem o seu nascimento a imagens por vezes mal compreendidas ou interpretadas de forma insensata.

De acordo com os cânones da Igreja⁴⁴, as imagens são:

- Uma transcrição iconográfica da mensagem evangélica, em que imagem e palavra revelada se esclarecem mutuamente;
- Sinais sagrados que, como todos os sinais litúrgicos, fazem referência a Cristo;
- Uma ajuda na oração porque a contemplação das santas imagens facilita a súplica e incita a glória a Deus pelas maravilhas de graça operadas nos seus Santos;
- Uma forma de catequese, porque através da história dos mistérios da nossa redenção expressa nas pinturas e de outras maneiras, o povo é instruído e confirmado na fé, recebendo os meios necessários para recordar e meditar os artigos de fé.

O culto, o apreço e a relação com a imagem são as características e as afeições mais relevantes do fenómeno da religiosidade popular. Para o povo, a imagem é mais do que uma simples representação convencional do sagrado. É uma forma de percepção uma realidade invisível, de sentir e viver Cristo, a Virgem Maria e os Santos.

Esteja onde estiver – numa igreja, em casa, numa gravura ou num objecto pessoal –, a imagem “fala” daquilo que simboliza. Os fiéis veneram-na, rezam diante dela e adornam-na.

O perigo de idolatria é fundamentado. Principalmente quando a imagem se converte num objecto de veneração particular, ou num símbolo de identidade religiosa e cultural de um grupo ou de uma cidade; quando se acredita que possui

⁴⁴ António Maia da Rocha – **Directório sobre a Piedade Popular e a Liturgia: princípios e orientações**. Lisboa: Paulinas. 2003, pp. 188-189.

poder ou carácter divinatório, e quando é entendida como um talismã ou amuleto, capaz de proteger o crente de todo um universo de influências malélicas.

4.8. A devoção mariana

Em termos expressivos e festivos, a sensibilidade religiosa do povo português é acentuadamente mariana. Prevalece uma estreita relação entre a fé, a arte e a cultura, legado riquíssimo que se perpetua de modo espontâneo e incontido, na alma das nossas gentes.

Diariamente, a Nossa Senhora é adorada através dos cânticos, da recitação do Terço e do Rosário, dos louvores e das orações, das súplicas de ajuda e de protecção. Algumas das Suas invocações podem estar associadas a locais, a acontecimentos vitais ou aos mistérios mariais. As locais (ex: Nossa Senhora de Fátima, do Sameiro...) equivalem normalmente ao festejo de um episódio religioso aí sucedido, ou então “ (...) *representam a consagração duma determinada comunidade à Mãe de Deus e dos homens sob cujo patrocínio se coloca ao dedicar-lhe um templo (...)*”⁴⁵. As que se relacionam com os acontecimentos vitais (ex: Senhora dos navegantes, Senhora da boa hora...), “ (...) *expressam a mesma fé enquanto garantia da continuada assistência de Nossa Senhora, sempre a corresponder com os momentos marcantes da vida (...)*”⁴⁶. Por último, as que estão ligadas aos mistérios mariais – Imaculada Conceição, Virgindade Perpétua, Assunção aos Céus – são um bom suporte evangelizador.

Um dos receios mais comuns é que a devoção mariana – nem sempre por culpa dos crentes – ofusque a fé em Cristo, centralizando-a unicamente na Sua Mãe⁴⁷. Este risco existe, mas sempre que A honramos somos conduzidos a Ele e glorificamo-lo.

⁴⁵ Manuel Clemente – **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular**. Apelação: Paulus. 2002, p.30.

⁴⁶ **Idem**.

⁴⁷ Manuel Clemente, na página 30 da sua obra **A Fé do Povo. Compreender a religiosidade popular** realça que esta é uma crítica antiga à devoção mariana. Porém, desde que uma “celebração seja bem proposta leva sempre a Cristo, porque tudo em Nossa Senhora é preparação, caminho e glorificação do Seu filho. Ela aproxima o fiel de Cristo pela companhia da sua sensibilidade e da sua presença maternal”.

4.9. A celebração dos padroeiros

A devoção aos santos é uma das características mais vincadas da religiosidade popular. Modelos de virtudes e uma das provas da existência divina, os santos, conforme realçou o Papa Bento XVI na sua primeira carta encíclica, *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005), “ (...) são os verdadeiros portadores de luz dentro da história, porque são homens e mulheres de fé, esperança e caridade (...)”⁴⁸. Na expectativa de atenuar ou eliminar preocupações, angústias e sofrimentos, o povo encomenda-se a eles, quase sempre em troca de promessas, na esperança de ser ouvido e atendido.

Algumas comunidades locais, num misto de fervor religioso e de exaltação profana, vivem intensamente a celebração dos seus padroeiros. Esta festividade é geralmente alvo de dois tipos de críticas: a primeira, de teor mais teológico, alerta – tal como na devoção mariana – para o perigo do culto a Deus poder ser suprimido pelo dos santos, e inclusivamente pelo das suas relíquias, cuja veneração, pode em última instância, catapultar os sentimentos religiosos para um universo material e supersticioso.

A segunda crítica reporta à comunhão do religioso e do profano no mesmo festejo, algo que era comum na Idade Média – quando surgiu a maioria destas celebrações – e que continua a ser nos nossos dias. Aliás, muitas vezes, as tentativas de separação das duas vertentes da festa não são compreendidas porque a distinção entre o sagrado e o não sagrado é consequência do pensamento moderno, pensamento que nem sempre influencia todas as mentalidades.

Incontestável é que as festas dos padroeiros, pelo menos uma vez por ano, têm o condão de aproximar as pessoas e uni-las num todo. A população residente entreaajuda-se nos preparativos, e a que emigrou para o estrangeiro ou para os grandes centros urbanos regressa para reviver a sua fé.

Profundamente arraigada no povo e portadora da sua sabedoria, a religiosidade popular é, para muitos, o único elo que os une à Igreja e à autenticidade cristã sobre Deus.

⁴⁸ Papa Bento XVI, (25-12-2005) – **Deus Caritas Est**, <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html> (29-05-09).

É indiscutível que contém verdadeiros valores espirituais e que estamos perante um fenómeno que se encontra muito próximo da concepção da vida. Pouco cerebral, norteia-se mais pelos sentimentos, pela espontaneidade e instinto do que pelos princípios, razão e argumentos. Com a sua própria cultura vive a fé. Intuitivamente compreende a profundidade do Mistério. Crê em Deus, em Cristo, na Virgem Maria e nos Santos. É através das suas reproduções que sente a Sua presença. Venera os Santos não pela santidade, mas sim pela fama dos seus milagres. Visita os santuários, não tanto por devoção à Virgem ou pelo anseio de a adoptar como paradigma, mas mais pela notoriedade dos portentos que aí foram realizados. Para o povo, as imagens são mais do que uma representação convencional do sagrado. Com elas, mediante um diálogo intimista e fervoroso, enceta uma relação quase mística.

Os documentos promulgados pelo Magistério pontifício reconhecem que se deve prestar à religiosidade popular a atenção necessária, cuidá-la devidamente, reconhecer a sua riqueza e estar atento a eventuais desvios, porque mais do que racional, ela é relacional.

CAPÍTULO II

A Gravura artística na história da arte portuguesa

Integrada na categoria das denominadas artes menores, a gravura artística do século XV ao XIX não conseguiu alcançar entre nós o mesmo grau de evolução, notoriedade e aperfeiçoamento que logrou noutros países europeus, como a Alemanha, a França e a Itália.

Segundo Lafuente Ferrari, o nosso atraso neste ramo atribui-se a causas como:

“ (...) *A pequena produção do livro, obrigado a ilustração artística, a escassez de um mercado compensador e, especialmente, o nosso temperamento nada sujeito a trabalhos, para que se exigia uma sedentariedade enervante. (...) O guerreiro, o navegador e o aventureiro, de que era, quase exclusivamente, composta a velha sociedade portuguesa, não podiam dedicar-se a uma arte para a qual se exigiam quietude e paciência beneditinas (...)*”⁴⁹.

Não obstante, foram vários os artistas gravadores anónimos e de renome, portugueses e estrangeiros, que cá trabalharam. Gravaram de acordo com a técnica e a tendência artística, “ (...) *em madeira, em metal de chapa de cobre ou aço, a talho-dôce, a pointillé, a água-forte (...)*”⁵⁰. Com estes processos – quer fosse no pergaminho, no papel ou na seda –, obtinham inúmeras reproduções gráficas do mesmo desenho.

Embora existam sérias dúvidas quanto à origem da xilogravura⁵¹ em Portugal, pensa-se que ela terá despontado no término do século XV, com a manufactura das

⁴⁹ Apud Enrique Ferrari Lafuente – **Iconografia lusitana: retratos grabados de personagens portugueses**. Madrid. Imprensa Blass, 1941.

⁵⁰ Luís Chaves – **Subsídios para a história da gravura em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p.57.

⁵¹ Neste estudo sobre a gravura em madeira, deparámos com uma situação dúbia. Ernesto Soares, na sua obra **Evolução da gravura de madeira em Portugal (séculos XV a XIX)**, editada em 1951, nas páginas 8 e 9, refere que apesar do vocábulo *Xilogravura* se referir a todo o trabalho executado sobre chapas ou blocos de madeira – visando a reprodução gráfica de um mesmo desenho – os gravadores em madeira nunca usavam a designação de xilogravura para as obras do século XIX, mas sim: *gravura de madeira ou gravura em madeira* e para as chapas mais rudes do começo do século XIX e anteriores *gravuras em pau*. Porém, ao consultarmos a **História da gravura artística em Portugal (os artistas e as suas obras)**, monografia do mesmo autor, datada de 1971, ou seja,

cartas de jogar. Método que” (...) *encontrou na gravura sobre madeira*⁵² *um meio de reprodução expedito, substituindo, com vantagens económicas e técnicas, o velho sistema da estampilhagem (...)*⁵³.

Foi precisamente em 1492 que apareceu na cidade de Braga, pelas mãos de João Gherling – o primeiro impressor cristão –, o *Breviarium Bracharense*. Posteriormente, em 1495, estabeleceram-se em Lisboa e em sociedade Valentim Fernandes e Nicolau da Saxónia. Provenientes da Escola de Nuremberga, firmaram em terras lusas os ensinamentos tipográficos alemães. São eles os grandes responsáveis pelo “ (...) *incunábulo português, Vita Christi (...)* *trabalho admirável de tipografia, e cheio de gravuras de assunto religioso, entre as quais o Calvário (...)*”⁵⁴.

Decorridos dois anos, em 1497, surge na cidade do Porto, sob a alçada de Rodrigo Alvarez a tipografia e a gravura que pela rusticidade e simplicidade é considerada verdadeiramente portuguesa. É com as ilustrações gravadas das *Constituições que fez ho Senhor Dom Diogo de Sousa e os evangelhos e epistolas com suas exposições em romãce*, de Gonçalo de Stª Maria, que se abre a porta à Escola Portuguesa.

Já em pleno século XVI, a impressão de Germão Galharde (ou Galhardo) destaca-se das demais. O seu segredo reside no aproveitamento e na renovação do material alemão dos seus predecessores. Com este artista, as edições são numerosas e sucessivas. Sempre em madeira, ele aprimora a gravura, multiplica os retratos e as imagens.

Em jeito de sinopse, poderemos dizer que no nosso país, enquanto que a xilogravura dos séculos XV e XVI se reportou exclusivamente à ilustração de livros de conteúdo religioso ou didáctico, a dos séculos XVII e XVIII esteve patente nas portadas de livros, em algumas imagens religiosas e em inúmeras vinhetas de

publicada 20 anos após a obra supra citada, apercebemo-nos logo na página 7 que o autor se refere à gravura do século XV a XVII, como “gravura em madeira”. Perante esta incongruência e por o nosso trabalho não ser exclusivamente sobre a gravura, optámos por empregar e adoptar as duas terminologias de forma indiferenciada.

⁵² Ernesto Soares, na página 8 do primeiro volume da **História da gravura artística em Portugal** explica que “o artífice, transportado o desenho escolhido para o bloco de madeira, bem limpo e de superfície lisa, escava, por meio do buril ou do canivete, todos os intervalos que na impressão devem conservar-se brancos, deixando salientes os valores do desenho a representar: gravura em relevo. Em seguida, aplicando com um rolo uma delgada camada de tinta na parte saliente e sujeitando a folha de papel ou de pergaminho a uma pressão violenta contra o bloco, obtinha a reprodução do desenho perfeito e correcto em todos os seus valores”.

⁵³ Ernesto Soares – **Evolução da gravura de madeira em Portugal (séculos XV a XIX)**. Lisboa: Câmara Municipal, 1971, p. 7.

⁵⁴ Luís Chaves – **Subsídios para a história da gravura em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p. 5.

remate⁵⁵. Estas ilustrações surgiram sob a forma de ornatos – cercaduras, portadas ou vinhetas – ou de estampa e figura, no caso dos livros, onde se narravam histórias da vida de santos. Em ambos os casos, repetiam-se de obra para obra e eram impressas até se desgastarem.

Um estudo atento e minucioso da maioria das manifestações artísticas deste género de gravura, no período compreendido entre os séculos XV e XVII, revela que quase todas elas se referem a temáticas nacionais, são de inspiração popular e de rudimentar execução – muitas vezes, o amator procurava imitar os mestres. Curiosamente, raras são as gravuras que possuem uma indicação do artista abridor, somente um A.G. ou um F.D. iniciais que se revelam insuficientes para uma identificação e que conduzem quase sempre o pesquisador a conjecturas infundadas⁵⁶. Ernesto Soares pronuncia-se sobre esta situação afirmando que “ (...) *é um caso curioso o do desprezo que, artistas ou editores dedicaram a esta arte que tantas vezes ensaiaram, ou que lhes serviu à maravilha para a sua exploração industrial (...)*”⁵⁷.

Com a comercialização da literatura corrente – literatura de cordel –, a arte tipográfica ramificou-se em duas tipologias: uma artística, sustentada por impressores que trabalhavam a grande criação literária; e uma popular, cultivada por aqueles que, acima de tudo, pensavam nos lucros que podiam granjear com obras de agrado comum.

Luís Chaves dá-nos conta que:

“ (...) *Tipógrafos, que aprendiam a sua arte, passavam a procurar os bons proventos que lhes dava a procura dos folhetos populares e folhas soltas, e obtinham de qualquer forma a sua oficina. E como António Alvarez, por exemplo, os bons tipógrafos exploravam o gosto do público, e davam-lhe a literatura que ele tanto apreciava. As ilustrações faziam – nas ao gosto tradicional, tanto mais rude quanto o apreço artístico o era, e quanto, sendo a gravura uma arte do desenho, raras eram os portugueses, que ilustravam com valor os livros cá impressos (...)*”⁵⁸.

⁵⁵ Ornamentações com as quais se iniciam e terminam os capítulos das obras.

⁵⁶ Por exemplo, no declínio do século XVI, apenas se conseguiu identificar Luís Jerónimo (ou Jerónimo Luís). É ele o autor da primeira gravura em metal – o *Successo do Segundo Cerco de Diu* – e um caso único e isolado, uma vez que decorria o ano de 1574 e a xilogravura imperava

⁵⁷ Ernesto Soares – *Evolução da gravura de madeira em Portugal (séculos XV a XIX)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1971, p.11.

⁵⁸ Luís Chaves – *Subsídios para a história da gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p.10.

É claro que apesar desta divisão, também houve bons gravadores que se renderam à edição dos folhetos populares.

Durante o século XVIII, o panorama da arte de gravar em madeira pouco ou nada se alterou. Prevaleceram a rusticidade, a inexpressividade, a inspiração popular e o desempenho técnico de qualidade inferior. Aliás, segundo a opinião de Ernesto Soares⁵⁹, só temos manifestos de gravura artística até ao século XVI, porque daqui em diante ela decai, sendo ultrapassada pela popular. Só a partir do século XIX é que a situação se modifica. Entramos numa fase de grande actividade artística. Embora sem orientadores, nem mestres, e guiados apenas pelo espírito autodidacta, revelam-se talentos como Manuel Maria Bordalo Pinheiro e José Maria Baptista Coelho, os quais, inicialmente para fazerem face à morosidade da gravura em metal e à incipiente litografia limitaram-se a fazer cópias, partindo da técnica utilizada pelos xilógrafos de outrora.

É no decurso da década de 40 (1843 / 1848), época em que se publica o *Jornal das Bellas Artes* que a gravura em madeira atinge o seu estágio de maturação. Por fim, em 1865, a Academia Real das Belas Artes de Lisboa inaugura o primeiro curso de futuros gravadores em madeira, leccionado pelo mestre João Pedroso Gomes da Silva.

1. A gravura em metal

É em pleno século XVII, por intermédio dos gravadores Franceses, Flamengos e Espanhóis que os Portugueses se estreiam na arte de gravar em metal⁶⁰. Apesar de serem vários os processos empregues, todos eles partem do mesmo princípio: “ (...) *rasgar o metal pelos valores do desenho deixando lisa e polida a superfície destinada a não ser impressa. É esta a diferença da gravura em*

⁵⁹ Ernesto Soares – *História da gravura artística em Portugal (os artistas e as suas obras)*. Lisboa. Livraria Samcarlos. 1971, pp. 9 -10.

⁶⁰ Ernesto Soares, na página 10 do primeiro volume da *História da gravura artística em Portugal*, explica que “para a abertura da chapa de metal, os antigos, escolhiam um cobre, o vermelho, com imenso cuidado poliam a lâmina a que o reduziam e, em seguida, cobriam-na com uma camada de um verniz especial que variava conforme o método seguido pelo artista. Depois de espalhado o verniz, era a chapa aquecida até o liquefazer, de maneira a formar uma camada homogénea, igual e delgada, enegrecida pelo fumo de uma vela de sebo. Realizadas estas operações preliminares, refrescava-se a chapa, limpava-se de corpos estranhos e procedia-se à passagem do desenho, operação delicada e que exigia muita competência e arte. Um pequeno estilete servia de instrumento pressor, percorrendo todos os traços do desenho. O traço era rasgado com o buril e obedecia a certos preceitos”.

*madeira e da gravura em cobre ou aço, denominada em escavação (...)*⁶¹. De entre os vários métodos de gravar em escavação, o de “água-forte”⁶² – no qual o desenhador é simultaneamente abridor – foi provavelmente aquele que desde sempre mais fascinou os coleccionadores.

Tal como na xilogravura, também nesta arte foi notória a falta de abridores e de delineadores nos séculos XV e XVI. Esta lacuna obrigava a que os editores recorressem ao estrangeiro sempre que, por imposição dos autores ou do assunto, fossem exigidas estampas para ilustração das obras.

Na história da nossa gravura artística, o século XVII caracteriza-se pela apatia. A actividade bibliográfica é escassa, o tema do divino monopoliza as composições e as imagens são, na sua maioria, empregues na ilustração de frontispícios. Encontramo-nos num tempo em que “ (...) *domina o buril nas impressões estrangeiras, por artistas de cá e de fora; e domina a gravura em madeira nas tipografias nacionais e populares (...)*”⁶³.

Foram poucos os conhecedores desta arte. André Veterano, António Pinto, Brás Nunes, João Baptista – talvez o mais produtivo de todos – e ainda, entre outros, Agostinho Soares Floriano, considerado o melhor gravador do segundo quartel deste século.

“ (...) Esta gravura erudita caracterizou ainda mais que no século passado a gravura popular, pelo progresso que manifestava no material e na técnica, enquanto os gravadores populares se mantêm na impressão antiga. Reimprimem-se as obras dos escritores preferidos, imprimem-se outras novas. Ainda são os mesmos poemas de cavalaria, com a História do Imperador Carlos Magno, as mesmas narrativas de vidas de Santos (...). As edições novas vêm com as estampas velhas; algumas já do século XVI, outras provêm das estampas de folhas, folhetos, devocionários, rudes e singelas (...). Em todos estes exemplares da chamada “literatura de cordel”, mas sobretudo nas de carácter religioso, interveio sempre a

⁶¹ Ernesto Soares – **História da gravura artística em Portugal (os artistas e as suas obras)**. Lisboa. Livraria Samcarlos. 1971, p. 11.

⁶² Ernesto Soares explica que “a água-forte, executada pelo pintor que se serve do sistema para atenuar os efeitos do seu quadro, é obtida pelo desenho directo sobre a chapa de cobre, depois de envernizada; é o ácido que vai atacar o metal introduzindo-se nos sulcos abertos pelo buril ou pela ponta e que por várias tentativas sucessivas dá ao artista a justa medida da concepção do seu quadro. É assim que se tomam notáveis as águas-fortes de Rembrandt, Durer, Goya e entre nós dos Vieiras, de Padrão, dos Rochas e de poucos mais, pois que raros são os abridores que nos fazem sentir vivamente aquelas qualidades inerentes ao água-fortista que o devem individualizar: a vida, o repentismo e especialmente o relevo que imprime às suas chapas, enfim ser artista e ser desenhador”. **Ibidem**.

⁶³ Luís Chaves – **Subsídios para a história da gravura em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p. 57.

*gravura de artistas populares, mais ou menos rudes, mas sempre obedientes a tipos consagrados, que cristalizaram na fantasia do artista e no gosto do público (...)*⁶⁴.

No século XVIII, com a fundação da Academia Real de História, incrementou-se o movimento artístico da gravura em metal. A pobreza a que as nossas artes gráficas tinham chegado levou D. João V a contratar gravadores estrangeiros para ilustrarem os livros da Imprensa Régia.

Num primeiro grupo (1720-1755) predominam os artistas (estrangeiros) burilistas de influência flamenga ou francesa, como Debrie, Gabriel Rousseau, Granpré, Pierre e Charles Rochefort, François Harrewyn e Michel le Bouteux. Num segundo (1730-1750) sobressaem os pintores (estrangeiros) água-fortistas de ascendência francesa, conforme Quillard. Num terceiro grupo (1720-1750) reúnem-se os pintores portugueses água-fortistas de influência italiana. A lista é liderada pelo primeiro água-fortista português, Vieira Lusitano, grande mestre e artista. Seguem-se Joaquim Manuel da Rocha, João Silvério Carpineti e António Joaquim Padrão, seus discípulos. Apesar de Padrão não possuir a mesma originalidade conceptual que distingue Vieira dos gravadores que lhe são coevos, é ele quem mais dele se aproxima. As suas gravuras têm uma particularidade interessante. São, na sua maioria, registos de santos de tamanho reduzido. Por último, entre 1768 e 1788, evidenciam-se os burilistas portugueses seguidores da escola italiana.

Neste reinado de D. João V, tanto a gravura de livro como a avulsa de assunto histórico e religioso saem da penumbra, adquirem um considerável grau de perfeição e uma grande projecção. No entanto, sem que se saiba como ou porquê, este progresso termina abruptamente. Factores determinantes poderão ter sido a morte do Rei em 1750 e o terramoto de 1755. Ao que tudo indica, os mestres que elevaram a arte de gravar a este patamar, ou terão morrido ou ter-se-ão deixado arrastar pela inércia. Só assim se explica como é que mais tarde, por volta de 1768, aparecem nomes, técnicas e influências totalmente desconhecidos.

Durante a regência de D. José, são instituídas duas escolas que se mantêm praticamente até à segunda metade do século XIX. São elas, a da Impressão Régia e a da primeira aula de gravura regulamentada e devidamente estruturada. Joaquim Carneiro da Silva, conhecido perito abridor, é o eleito para ali ensinar. Com ele, a

⁶⁴ *Idem*, pp.16 -17.

arte de gravar atinge níveis nunca antes alcançados. Alguns dos artistas mais conceituados dos finais do século XVIII, como, por exemplo, Eleutério Manuel de Barros, Gaspar Fróis Machado, Manuel da Silva Godinho – abridor de dezenas de registos de santos –, Eduardo José de Figueiredo e Nicolau José Baptista Cordeiro, foram alunos desta aula. A saída do mestre de gravadores em 1786, a pouca experiência dos aprendizes, a preferência por um baixo industrialismo em detrimento dos princípios da arte e a morosidade do processo do buril contribuíram para a sua decadência e quase extinção.

Uma vez mais, a arte de gravar em Portugal passa por um período extremamente conturbado. Esta situação só se começa a desanuviar com a chegada do florentino Bartolozzi em 1802, a fundação da sua escola (1802 – 1815) e a prática de uma nova modalidade, o *pointillé* ou ponteado⁶⁵:

“ (...) Ignorado em Portugal onde até então predominava o buril, era natural o êxito e entusiasmo despertados pelas aparatosas estampas, quer interpretando assuntos religiosos, quer reproduzindo retratos de vultos salientes na política ou na Arte. Acrescia a isto a fama do mestre e do seu ajudante aos quais era dispensado um tratamento de excepção que os guindava a uma altura desconhecida até então para com outros artistas, embora notáveis (...)”⁶⁶.

Apesar deste método ser inovador entre nós, há já algum tempo que Bartolozzi o tinha introduzido em França e em Inglaterra. Todavia, nos últimos anos em que viveu na Grã-Bretanha, relegou-o para segundo plano e substituiu-o pelo buril.

Por cá, também abandonou o ponteado e adoptou o talho-doce⁶⁷. Gregório Francisco de Queiroz, Domingos José da Silva, Francisco Tomás de Almeida e João Vicente Priaz, seus seguidores, seguiram-lhe os passos em ambos os processos. Com a morte do mestre, sucede-lhe Gregório Francisco de Queiroz e uma nova escola, a qual por incompetência e autoritarismo daquele, não chega a singrar.

⁶⁵ Ernesto Soares, na página 27 da **História da gravura artística em Portugal**, define deste modo o ponteado: “De efeitos cénicos atraentes, indiferente à precisão e severidade no desenho, condição primeira do burilista, o processo era caracterizado pela leveza do traço e pela doçura do claro-escuro, qualidades estas a que se aliavam a rapidez de execução”.

⁶⁶ Ernesto Soares – **História da gravura artística em Portugal (os artistas e as suas obras)**. Lisboa: Livraria Sarmcarlos. 1971, pp. 27 – 28.

⁶⁷ Este processo é também conhecido por gravura a buril. A gravação faz-se directamente na placa de cobre, com um instrumento em aço, o buril.

Em 1836, com o aparecimento da Academia das Belas Artes, surge uma nova esperança para esta considerada “arte menor”. Porém, a onda de progresso é curta e fugaz. Domingos José da Silva e Benjamim Comte, responsáveis pelas aulas de gravura sobre metal, apesar de inicialmente conseguirem dignificá-las, são rapidamente ultrapassados pela propagação do livro e, uma vez mais, a decadência ensombra e envolve a arte de gravar. Mais económica e rentável nas grandes tiragens, depressa a litografia destrona a gravura sobre metal. A ela sucedem-lhe, ainda neste mesmo século, “ (...) *as artes mecânicas de reprodução auxiliadas pela fotografia: a foto e a zincogravura, a cromolitografia e, mais modernamente, a ecogravura em todas as suas modalidades* (...)”⁶⁸.

2. A Gravura religiosa: os registos de santos

Os registos de santos são muito mais do que uma simples folha de papel, de cartão ou de cartolina, ou do que um pedaço de seda ou pano branco – de linho ou algodão – com uma *Sancti imago*, impressa por um dos vários processos técnicos.

Arrecadados no meio de devocionários ou de missais, são elementos visuais que estimulam a comunhão do piedoso com o santo a agradecer, fomentando a proximidade e nutrindo o afecto.

Já Teófilo Braga verbalizava que “ (...) *a estampa tem um prestígio incomparável nas almas ingénuas. (...) É pelas imagens, que as abstracções da theologia catholica se incutem na credulidade do povo* (...)”⁶⁹.

Com efeito, são dotados de extraordinários e múltiplos valores: primeiramente, os devocionais – origem e razão existencial –, de seguida e arbitrariamente, os artísticos, os históricos e os etnográficos.

São chamados de registos de santos porque, por um lado, mediante a imagem, “registam” a devoção a um determinado santo, e, por outro, “ (...) *proporcionam ao devoto a prova do cumprimento da devoção, quer na data da*

⁶⁸ Ernesto Soares – *Inventário da colecção de registos de santos*. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1955, p. 34.

⁶⁹ Apud, Teófilo Braga, in *Portugália*, I, [s.d], pp. 497 – 512.

*grande e solene festa litúrgica, do ano, registada a presença pelo registo, quer nas visitas ao santuário onde a imagem é permanentemente venerada (...)*⁷⁰.

Esclarecidas as dúvidas sobre a etimologia, avultam-se e persistem as que se relacionam com o seu aparecimento. Dados concretos não existem, apenas suposições. Por exemplo, Ernesto Soares sustenta que “ (...) *têm segundo lugar no berço da xilogravura os registos de santos, e inclui nesta designação qualquer estampinha de carácter religioso (...)* ”⁷¹. Temos que convir que a informação é muito vaga. Conforme expusemos no início deste capítulo, de acordo com as fontes consultadas, somos induzidos a considerar que a xilogravura tenha surgido no limite do século XV, com as cartas de jogar.

Por seu turno, Luís Chaves, mais contido e reticente, é mais objectivo. À questão quando principiou este uso? Responde “ (...) *pode supor-se que desde a divulgação da gravura sobre madeira, no século XVI; mas em Portugal só a partir do século XVII há exemplares conhecidos (...)* ”⁷². À primeira vista, somos levados a crer que os autores se contradizem. Mas, depressa descortinamos que analisam o mesmo universo, sob diferentes perspectivas: enquanto que Soares se refere aos primórdios da xilogravura e, a toda e qualquer espécie de gravura religiosa, Chaves reporta-se ao período da divulgação e contabiliza unicamente as colecções. Ainda vai mais longe, e garante que os registos de santos do século XVII são muito idênticos às “ (...) *grosseiras e rudes gravuras da literatura de cordel, aplicadas a diversas obras (...)* e a *folhas volantes de lendas religiosas ou de narrativas cavalheirescas (...)* ”⁷³. Esta afirmação vem corroborar a tese de que as manifestações de gravura em madeira, dos séculos XVII e XVIII, são essencialmente de cunho popular.

Na manufactura dos registos de santos, tanto no século XVIII como no imediato, trabalharam em Lisboa, os melhores gravadores em metal, nacionais e estrangeiros. Luís Chaves⁷⁴ dá-nos conta que entre eles encontram-se os nomes de

⁷⁰ Luís Chaves – **Três abridores de “registos” do Porto (Raimundo Joaquim da Costa, sua filha Camila, e Santos)**. [S.l.: s.n.]. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. 1945, p. 254.

⁷¹ Ernesto Soares – **Evolução da gravura de madeira em Portugal (séculos XV a XIX)**. Lisboa: Câmara Municipal, 1971, p.7.

⁷² O autor refere-se à colecção de registos do Museu Etnológico Português.

⁷³ Luís Chaves – **Subsídios para a história da gravura em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p. 126.

⁷⁴ **Idem**, p. 136.

Joaquim Carneiro da Silva, Joaquim Manuel da Rocha, Ventura da Silva, António Joaquim Padrão, Gaspar Fróis Machado, Manuel da Silva Godinho (segundo Raczyński, o melhor discípulo de Joaquim Carneiro da Silva), Gregório Francisco Queirós, Assis, Quillard, Michel Le Bouteux, Debrie, Giovanni Cardini e Francesco Bartolozzi.

Nesta fase, a gravura artística e a popular andaram a par e passo. Registos rudes e toscos – idênticos aos primitivos em madeira dos séculos XV e XVI –, pintados a tinta de água ou a lápis, caminhavam lado a lado com autênticas obras de arte elaboradas em cobre e aço, de Vieira Lusitano, Bartolozzi, Debrie e Domingos Sequeira.

Como os registos de santos eram um importante gerador económico e cultural, confrarias, irmandades, colegiadas e as próprias comunidades mandavam-nos abrir e procuravam honrar os seus santos da melhor maneira possível. Sempre que as posses o permitiam, e a sensibilidade artística dos responsáveis por estas entidades era apurada, recorriam aos gravadores de maior gabarito.

De todos os registos portugueses, os mais perfeitos, e praticamente os únicos considerados com valor, eram os de Lisboa. Era neste pólo que fervilhava um maior dinamismo artístico e editorial.

Ainda que este trabalho, comparativamente com outros, não requeresse, por parte do autor ou autores – do desenho e / ou da gravura –, uma especial atenção ou aptidão, eles não o negligenciavam. Pelo contrário, esmeravam-se. Ao fim e ao cabo, por menor importância que atribuíssem à obra realizada, ela reflectia o valor de cada um. Houve mesmo casos de gravadores que viram a qualidade das suas gravuras devocionais superar a das ilustrações dos livros que faziam.

Tanto os desenhos dos mestres como as gravuras dos gravadores mais conceituados eram copiados por bons e maus artistas. Este fenómeno, associado ao desgaste e cansaço da chapa⁷⁵, contribuía para a deformação, adulteração e consequente depreciação da gravura. Esta ficava imperceptível, situação que era corrente no caso dos registos de santos. Vieira Lusitano e Domingos Sequeira, conhecidos no meio como “inventores e delineadores”⁷⁶, viram duas das suas obras

⁷⁵ Conforme menciona Luís Chaves, na página 143 dos **Subsídios para a história da gravura em Portugal**, “as chapas, sobretudo as chapas boas, sugestivas no desenho, na composição, na pompa, vão-se desgastando pela estampagem grande e constante. As arestas do desenho da chapa cansam, deformam-se, gastam, e a gravura perde a frescura, por fim contorce-se e empasta”.

⁷⁶ Era este o termo utilizado para os artistas que cediam os seus desenhos aos gravadores.

– respectivamente um *S. Francisco de Assis* e um *Crucificado* – serem devidamente conservadas pelo gravador Raimundo Joaquim da Costa e corrompidas por copistas anónimos, os quais, normalmente com o intuito de disfarçarem a cópia, modificavam a gravura-mestra⁷⁷.

Alguns “vendilhões” e determinadas casas de venda tanto copiavam registos de santos – assinados ou não –, como recorriam a desenhos originais, com o propósito de os editarem. Por vezes, também gravavam sem qualidade, desenhos imprestáveis que apareciam “ (...) *anónimos, ou assinados por nomes desconhecidos, ou com abreviaturas e iniciais, como a de um R., o pior, talvez, de todos porque indicam e assinalam verdadeira formação de gravadores populares (...)*”⁷⁸.

Gravadas em série única, havia gravuras que careciam da indicação do santo que representavam. O espaço destinado para a sua invocação e localidade encontrava-se em aberto. Contudo, não lhes faltava a publicidade da casa que as tinha fabricado e / ou vendido. Estas edições satisfaziam essencialmente as confrarias, os devotos e os vendilhões – das peregrinações, das festas e das romarias –, que não possuíam muitos recursos. Quanto ao nome do santo festejado, ou era escrito à mão ou mandado imprimir. Justifica-se assim, o como e o porquê do mesmo registo ser empregue em diversos locais. Claro que as imagens que se caracterizavam pelos atributos não condiziam nem com o desenho, nem com a configuração da representação local. Somente o nome as identificava. A título de exemplo, quando a gravura representava a Virgem, ela era aplicada de forma indistinta, em todas as invocações marianas.

De acordo com as indicações de Luís Chaves, os registos de santos, para serem completos, tinham que possuir obrigatoriamente o conjunto de regras que se segue:

“ (...) 1 - *A imagem “inventada”, reproduzida de pintura ou escultura original, de altar, oratório ou nicho; copiada de quadro, desenho ou estampa, determinados ou não; 2 – o simbolismo e a história ou lenda, alusivos à imagem: a) – circunstâncias locais do culto, como as lendas da aparição, chegada, fuga da imagem; b) – as referências à*

⁷⁷ Copiavam directamente a chapa ou o desenho, o qual ficava invertido na nova gravura; modificavam a anotação gráfica do registo e alteravam pormenores. Por exemplo, a assinatura ou era copiada ou eliminada e o registo surgia anónimo.

⁷⁸ Luís Chaves – **Registos de santos da cidade de Lisboa**. Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa. 1946, p. 7.

história da fundação do templo e do culto; c) – a representação plástica ou simbólica de martírio ou suplícios; d) – a figuração real ou simbólica da profissão do santo memorado; e) – episódios ou alusões de patrocínio, às vezes apresentados em forma expressiva de «milagre» ou ex-voto; 3 – simbolismo hagiográfico. 4 - Legendas superiores e laterais: nomes, jaculatórias, versículos bíblicos, fórmulas litúrgicas, vocações de litanias, menção de virtudes, etc. 5 – legendas na orla inferior, com a) – denominação do santo venerado; b) – local do culto; c) – entidade cultual; d) – jaculatórias ou jaculatórias e orações; e) – indulgências concedidas pela autoridade eclesiástica; f) – recomendações de utilidade; g) – autor ou autores da estampa, data e lugar; h) – casas de venda, oficina, fábrica, estampania; ou comunidade, irmandade, devoto, mesário, que mandou fazer o «registo» (...) »⁷⁹.

Pela sua complexidade, dificilmente se encontrará um exemplar que reúna todas estas particularidades. Comumente, o registo ou é rico, e contém a indispensável iconografia, rodeada das referências que o executor ou a pessoa que procedeu à sua encomenda entendeu serem válidas – como a menção ao fabricante, ao editor, à oficina, à casa de venda ou à localidade –, ou então é pobre, e resume-se praticamente à iconografia.

De modelo clássico ou de concepção imaginativa, as cercaduras que envolvem os registos são normalmente formadas por “ (...) *grinaldas de rosas, entremeadas de medalhões com cenas do martírio e da Paixão (nos de Jesus e da Virgem) (...)* ”⁸⁰, ou então por sumptuosos pórticos e retábulos de altar. Gravuras como a da Santa Isabel, a da N^a S^a da Penha de França e a da N^a S^a da Conceição do Monte Sameiro são apenas algumas das que surgem coroadas com o brasão nacional.

Como não podia deixar de ser, a qualidade artística – à qual já nos referimos anteriormente –, a dos materiais e a dimensão do registo eram variáveis e proporcionais às posses dos interessados. Embora o formato normal rondasse os 16cm x 10cm, também se faziam obras de grande vulto, magníficas, destinadas essencialmente a quadros, que viriam a embelezar casas e oratórios.

Em papel ou em tecido, as gravuras – mesmo as mais ricas – eram sempre de uma só cor, uma vez que a policromia era tecnicamente impossível. Para

⁷⁹ Luís Chaves – **Registos de santos da cidade de Lisboa**. Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa. 1946, p. 9.

⁸⁰ Luís Chaves – **Subsídios para a história da gravura em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927, p. 118.

colmatar esta falha, havia tiragens que eram posteriormente coloridas e matizadas, manualmente, a tinta de aguarela ou a lápis. Umas por mãos talentosas e competentes, e outras por mãos amadoras e apressadas.

Com ou sem valor artístico, gravados, litografados ou fruto de outras técnicas modernas, os registos de santos invadiram a aura popular e originaram colecções. As mais emblemáticas, inventariadas e referenciadas em algumas das monografias de Luís Chaves e de Ernesto Soares, são as colecções de Fernandes Tomás e Leite de Vasconcelos, patentes na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, a da Sociedade de Martins Sarmiento (Guimarães) e a da Biblioteca Nacional de Lisboa.

3. A Origem dos registos religiosos

Dos templos, das romarias e de outras celebrações religiosas os devotos levavam os registos de santos:

“ (...) para suas casas, onde tinham lugar nos oratórios os mais estimados; encaixilhados, por vezes com aparato, e resguardados nos caixilhos de papéis vistosos de encadernação ou de sedas e chitas, com vidro protector, guarneciam de memórias e de devoção as paredes da casa (...)”⁸¹.

A origem dos registos religiosos permanece envolta em mistério, em dúvidas e incertezas. Entramos num campo particularmente sensível, apinhado de conjecturas e de suposições, onde não se encontram respostas válidas para questões básicas, aparentemente tão simples como, por exemplo, em que época é que despontaram as primeiras manifestações? Em que local? Em que área geográfica? Ou até mesmo, quem foram os seus obreiros?

A história conta-nos que a humanidade revelou desde muito cedo propensão para venerar forças que considerava lhe serem superiores. E se essas forças se manifestavam num local especial, acreditava-se que trazendo de lá uma recordação – simbolizando essa força –, a sua influência perpetuar-se-ia:

“ (...) Entre as fórmulas rituais do cristianismo triunfante figura o justo culto dos Santos, que aos crentes e aos homens de uma nação explica a força moral do reconhecimento das virtudes humanas. Desde os tempos apostólicos, os crentes na religião nascente no império dos Césares faziam

⁸¹ Luís Chaves – **O registo de santo**. [S.l.]. A Voz, 1954.

visitas piedosas aos lugares dos martírios e das relíquias dos mártires das perseguições imperiais (...) ”⁸².

Esta citação é elucidativa. Esclarece-nos claramente que o cristianismo, neste contexto, alterou apenas o objecto da veneração, trocando as forças pagãs pela simbologia cristã.

Nas romarias a lugares afamados, “ (...) a presença dos romeiros era marcada pela posse do registo do Santo festejado, como antes o era pelas insígnias (...) a par e como derivados dos registos encontram-se as verónicas (...) ”⁸³.

Registos religiosos, verónicas, lâminas...Luís Chaves, em 1954, numa palestra proferida por ocasião encerramento da exposição de registos da colecção do Dr. Eduardo Neves, dizia que “ (...) hoje, o postal, a lâmina grossa de cartão, em formatos grandes e pequenos, com reproduções em fotogravura, formam os registos das romarias e dos templos (...) ”⁸⁴.

Destas três denominações, nos tempos que correm, a que se ouve mais frequentemente é, sem dúvida alguma, a de registos religiosos. Talvez por ser a mais axiomática, aquela que nos encaminha directamente para os registos de santos, ou seja, para a gravura.

Como já referimos, persistem sérias dúvidas em torno do assunto. No entanto, a principal hipótese alvitrada acerca da sua origem, e que tem sido aceite por alguns especialistas, e pela voz do povo, dá-os como sendo fruto da criação freirática.

Um artigo publicado em 23 de Julho de 1906, na revista *Ilustração Portuguesa*, acalenta e reforça esta opinião.

“ (...) Nada mais encantador do que a vida íntima dos conventos. (...) Nada mais cheio de temura, do que os disvellos pacientes postos por aquelas pobres creaturas condemnadas á perpetua esterilidade e á perpetua reclusão, nas inutilidades mais infantis e nas ninharias mais desgraciosas. Acode-nos aos lábios um sorriso ao mesmo tempo de doçura e de pena, ao recordar as florinhas de papel, os registos coloridos (...) pequenos nadas em que aquellos dedos pallidos e sem jóias se entretinham dias e dias, noites e

⁸² Luís Chaves – **Registos de Santos**. Lisboa. Imprensa Nacional. 1925, p.4.

⁸³ Luís Chaves, na página 7 da obra supra citada explica que “as verónicas são gravuras como as dos registos, guardadas dentro de caixilhos de madeira ou de papelão, com ou sem vidro; as de papelão são muito enfeitadas com lantejoulas e fios prateados, e suspendem-se ao peito; as de caixilho de madeira ou de papelão com vidro são maiores e formam pequeninos oratórios”.

⁸⁴ Luís Chaves – **O registo de santo**. [S.I.]. A Voz, 1954.

noites (...) Apartadas do mundo, vivendo na comunidade uma vida pueril, creanças eternas que um mantéu toucava e um escapulário envolvia, – um registo de determinado santo, uma medalhinha de determinada devoção, eram para elas negócios importantíssimos que às vezes se chegavam a resolver menos evangelicamente, puxando dos cordões ou remangando da sandália. Havia registos coloridos que passavam de mão em mão, através de gerações, guardados com um cuidado supersticioso e meticuloso, – que eram inclusivamente deixados em testamento pelas madres velhas às irmãs novas, e que constituíam às vezes – pobres d'ellas! – toda a sua riqueza temporal. Ninguém calcula o apego e o amor d'esses «passarinhos d'encerro» (...) ao registo mais ingénuo. (...) As freiras mais prendadas e mais praticas bordavam (...) ou teciam a ouro paramentos inverosímeis de paciência e sumptuosidade, por encomenda da senhora D. Maria ou do Sr. D. João V. Estavam sempre entretidas, sempre risonhas, sempre felizes. Mas as outras, – as pobres outras? Que haviam ellas de fazer senão colorir registos, recortar flores de papel, fazer corações de seda, inventar puerilidades e ninharias (...) ⁸⁵.

Túlio Espanca, num verbete sobre as Lâminas religiosas e o seu significado artístico, não se fica atrás e garante que:

“ (...) Uma das mais delicadas actividades artesanais do campo espiritual, aparentemente espontânea em meados do século XVIII, com fulcro nos claustros monásticos e intimamente ligada ao incremento das grandes peregrinações e romarias cristianíssimas, é, sem dúvida, a das Lâminas ou Registos Religiosos Portugueses. (...) Neste período, o culto sagrado atingiu um esplendor extraordinário e as cerimónias litúrgicas, dentro e fora das casas religiosas rodearam-se de particular afectividade, que eram transmitidas, aos crentes humildes, bom povo sem voos de cultura estética, pela lembrança dos registos dos seus santos particulares, devocionais, representados pela oferenda retribuível com esmola. (...) Nos alvares da mesma centúria, a propagação do culto do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, que alcançou no nosso país a mais profunda audiência, depois do Papa Pio IV, em 1789, determinar, a pedido da Rainha D. Maria I, que o seu dia fosse de preceito e que nas casas religiosas, femininas, da Ordem Franciscana e Clarissa, tivessem suas confrarias, reflectiu-se na divulgação iconográfica das lâminas, aparecendo inúmeras que traduzem, sob os mais variados aspectos, a temura e devoção da nossa gente pelos Progenitores do Cristianismo.

(...) A partir desta altura, a criação, originalidade e formas conceptionais das lâminas atingiram uma variedade impressionante, tanto no debuxo exterior como nas fantasias que enquadravam as imagens, atapetadas de papel recortado e iluminadas de flores policromadas, artificiais, barras e

⁸⁵ Os registos e bentinhas dos conventos velhos. Lisboa: Sep. Illustração Portuguesa, S.2 (23 Julho, 1906), p. 681-684.

*cordões de prata e ouro, lantejoulas e canutilho, conchas marinhas, ramagens e laçaria de rolos de papel dourado, em forma geometrizante ou flórica, por vezes recamadas de pérolas (...)*⁸⁶.

Esgotadas as nossas fontes bibliográficas, socorremo-nos do “falar das mãos” e daquilo que os olhos vêem.

À semelhança destes autores, acreditamos que muitos dos registos religiosos, pela sua perfeição e pela riqueza dos bordados, tenham origem no silêncio dos conventos, por entre murmúrios e orações. É claro que não podemos afirmar se esta arte foi aí introduzida, aperfeiçoada, ou difundida.

Num certo sentido, o percurso trilhado pelos registos religiosos foi idêntico ao dos registos de santos. Quer uns, quer outros conviveram, desde sempre, com produções de natureza artística e popular.

A par de verdadeiras pequenas obras – primas, que ainda vamos tendo a oportunidade e o prazer de encontrar em antiquários, em leilões de antiguidades e em colecções particulares, surgem trabalhos singelos e primitivos, enternecedoras provas de culto, de quem tinha menos posses ou também, quem sabe, de espíritos menos dotados.

Executados ao longo de várias gerações, os registos religiosos espelham a capacidade criativa dos artistas que nas “coisas simples” expressam o sentimento religioso e a devoção de uma comunidade.

⁸⁶ Grupo Pró – Évora (Portugal) ed. literária – **Exposição de Lâminas religiosas**. Évora: [s.n., 1967] Tipografia Diana. Évora.

CAPÍTULO III

Os Registos da Pousada dos Lóios: estudo de um acervo

Normalmente, a maioria dos indivíduos quando pensa ou profere a palavra Arte associa-a às glórias de todo um património secular e recorda-se imediatamente das obras arquitectónicas mais emblemáticas, das esculturas e das pinturas mais popularizadas e conhecidas.

É provável que este tipo de reacção resulte da ideia estereotipada de que a arte, em si, é algo de extraordinário, de superior e de sublime que só se pode encontrar nas “grandes” criações do passado. No entanto, a arte é intemporal, e é, acima de tudo, uma forma social de expressão que se materializa através de múltiplas modalidades e manifestações.

As artes classificadas como “menores” andam de mãos dadas com aquela que é apelidada de “popular”. Aquela que muitas vezes escondida debaixo do manto da simplicidade espelha e concretiza um sentir comum; carrega o peso de uma herança espiritual e é uma das grandes valências dos povos.

Foi precisamente esta “Arte popular” que cativou e inspirou os arquitectos e os decoradores das Pousadas Regionais do Secretariado da Propaganda Nacional. Grosso modo, o S. P. N. distinguiu-se pela promoção que empreendeu na área do turismo e pela preservação, valorização e divulgação da nossa arte popular, tanto a nível nacional como internacional.

O projecto das Pousadas Regionais tornou-se realidade no início da década de 40 (do século XX), sob a alçada de António Ferro, o director do Secretariado de Propaganda Nacional – no contexto histórico do Estado Novo em Portugal –, e funcionou como que uma espécie de “cartão de visita” do país. Com a construção destas pequenas unidades hoteleiras, procurou-se criar e promover um modelo oficial nacional de “bom gosto” que fugisse da impessoalidade e da uniformidade decorativa dos hotéis; que se adequasse à dimensão e às necessidades turísticas do país e que, em termos arquitectónicos e decorativos (interior), se harmonizasse com o ambiente e a paisagem da região em que se integrava.

A 10 de Abril de 1942, numa época em que o país vivia ensombrado pelas contingências da guerra, inaugurou-se em Elvas a Pousada Regional de Santa Luzia, a primeira edificação estatal da série das cinco que estavam previstas pelo “Plano de Realizações do Duplo Centenário de 1940”. Ainda nesse mesmo ano seguiram-se as inaugurações das Pousadas do Marão (S. Gonçalo) e do Serém (Santo António), e nos anos seguintes as das pousadas de Alfeizerão (S. Martinho – 1943) e de São Brás de Alportel (S. Brás - 1944). Posteriormente, juntam-se a este grupo pioneiro a Pousada de Santiago do Cacém (Santiago -1945) e a de Manteigas (S. Lourenço - 1948).

Construídas pelo Ministério das Obras Públicas, mobiladas, decoradas e concessionadas a particulares pelo Secretariado da Propaganda Nacional, as Pousadas Regionais exploraram as vertentes arquitectónica e artística da denominada arte popular, dando azo a um novo conceito de conforto propiciado por um estilo simples e modesto. Pretendeu-se que o turista se sentisse em casa, na sua própria casa de campo e não numa das muitas incaracterísticas e vulgares unidades hoteleiras.

António Ferro, no seu discurso de 27 de Março de 1943, salientou que relativamente às Pousadas Regionais “ (...) tivemos, por exemplo, o cuidado de aquecer, de vestir as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objectos regionais, bonecos de barro para que os seus hóspedes, ainda que sozinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples que os situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebre a continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo (...)”⁸⁷.

A partir dos anos 50, com a abertura da Pousada do Castelo de Óbidos (1951), entra-se numa nova era, a das Pousadas Históricas. Enquanto que as Pousadas Regionais eram construídas de raiz, as Históricas, conforme o nome indicia eram implantadas em edifícios dominados pelo peso da história. Antigos e degradados conventos, mosteiros, palácios e castelos... monumentos nacionais que após as obras de conservação e de recuperação reconquistavam a sua dignidade, mas com novas funções.

⁸⁷ Cit.por António Ferro, in Susana Lobo – **Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 39.

À abertura da Pousada do Castelo de Óbidos seguiram-se em 1965, as do Convento dos Lóios (Évora) e do Castelo de São Filipe (Setúbal), e, em 1970, a da Rainha Santa Isabel (Estremoz).

Decorria o ano de 1976 quando foi fundada com a natureza jurídica de Empresa Pública⁸⁸, a Enatur – Empresa Nacional de turismo, E.P. Esta empresa, tutelada pelo Ministério do Comércio e Turismo, era provida de autonomia administrativa, financeira e de património próprios, e tinha por incumbência a administração das Pousadas, entretidas transferida para o domínio público⁸⁹.

A rede das Pousadas Históricas continuou a alargar e em 1979 foi inaugurada a Pousada do Castelo de Palmela. No ano seguinte deu-se a transferência formal para a Enatur das unidades que faziam parte das Pousadas de Portugal, até há data concessionadas.

A Enatur é uma empresa constituída fora dos cânones convencionais, na medida em que, como verificámos, algumas pousadas já existiam antes da sua criação, noutros moldes administrativos, em regime de concessão individual e sob a subordinação da Direcção Geral do Turismo. Pese embora a participação do Estado no estabelecimento dos objectivos gerais e, no investimento, na manutenção dos imóveis e na renovação dos equipamentos, a gestão estava a cargo dos concessionários.

A subordinação da Enatur prolongou-se até 8 de Agosto de 2003⁹⁰, data em que celebrou um contrato de cessão de exploração da rede “Pousadas de Portugal” com o GPP – Grupo Pestana Pousadas. Através deste contrato, o GPP passou a deter a exclusividade da gestão e exploração deste tipo de estabelecimentos hoteleiros, dentro dos limites do acordo celebrado⁹¹.

Actualmente, o GPP detém quarenta e seis Pousadas de Portugal de Norte a Sul do país e Açores, e uma no Brasil, em Salvador da Bahia. Inicialmente

⁸⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 157/76 de 4 de Julho de 1976.

⁸⁹ Em 1992, pelo Decreto-Lei n.º 151/92 de 21 de Julho a Enatur passa de Empresa Pública a Sociedade Anónima adoptando a designação de Enatur – Empresa Nacional de turismo, S. A. A partir de Novembro de 1996 é tutelada pelo Ministério da Economia, sob subordinação da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo.

⁹⁰ Nesta altura a Enatur já detinha 44 Pousadas.

⁹¹ Face aos resultados negativos o Governo entendeu por bem privatizar 49% do capital da Enatur e ceder a sua exploração à entidade que ganhasse. Quem venceu foi o GPP, grupo constituído pelo grupo Pestana (59,8%), pelo grupo CGD (25%), pela Fundação Oriente (15%) e pela Abreu e Portimar (0,2%). Durante um período de 20 anos, a contar da data da assinatura do contrato, o GPP é o responsável pela rede de pousadas existentes, pela sua expansão e também pelo encerramento daquelas que não sejam rentáveis. A Enatur continua a existir e está integrada no grupo CGP.

organizadas em Regionais e Históricas, hoje as Pousadas Regionais estão divididas em Pousadas de Charme⁹² e Pousadas de Natureza⁹³. Por sua vez, as Pousadas Históricas comportam as simplesmente Históricas⁹⁴ e as Pousadas Históricas Design⁹⁵.

1. A Pousada dos Lóios

A Pousada dos Lóios está instalada no antigo convento de São João Evangelista ou dos Lóios – da congregação dos cónegos regrantes (cónegos azuis) – fundado por D. Rodrigo de Mello em 1485, numa parte dos terrenos onde em tempos tinha existido o Castelo medieval, na acrópole da cidade de Évora.

No século XVIII como o imóvel se encontrava em estado ruinoso, em muito agravado pelos efeitos do terramoto de 1755, foi intervencionado e alvo de diversas alterações, mandadas executar pelo Prior D. José de Santa Marta. Segundo indicações da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais “ (...) são desse período de transformação a «portaria», a «escadaria» e os restauros da «aula» (...)”⁹⁶.

O convento foi encerrado em 1834 com a extinção das ordens religiosas masculinas, tendo sido ocupado por um colégio e, já em pleno século XX, pela sede da Direcção dos Monumentos do Sul (1937). Em 1944, uma parte do edifício foi ainda utilizada pelo Arquivo Distrital de Évora.

Como a estrutura arquitectónica do velho edifício conventual se adaptava perfeitamente para uma Pousada Histórica, em 1953 iniciou-se o seu estudo de modo a que o projecto se tornasse uma realidade.

⁹² São assim designadas as Pousadas que estão implantadas ou construídas em lugares típicos, como por exemplo as de: Alijó, Almeida, Bragança, Condeixa-a-Nova, Elvas, Guimarães (Nossa Senhora da Oliveira), Horta (Açores), Marvão, Ourém (Fátima), São Brás de Alportel, Valença do Minho, Viana do Castelo, Braga e Viseu.

⁹³ São assim apelidadas as Pousadas que se encontram em simbiose com a natureza, em locais onde reina a tranquilidade, como por exemplo as da Caniçada (Gerês), Manteigas, Marão, Proença-a-Nova, Ria de Aveiro, Sagres, Santa Clara-a-Velha, Santiago do Cacém, Sousel e Torrão.

⁹⁴ São as Pousadas que estão implantadas em edifícios históricos, como as do Alvito, Beja, Belmonte, Estremoz, Évora, Guimarães (Santa Marinha da Costa), Mesão Frio, Óbidos, Palmela, Queluz, Salvador (Bahia), Setúbal, Tavira, Vila Nova de Cerveira, Vila Pouca da Beira, Vila-Viçosa e Estói.

⁹⁵ Diferenciam-se das Pousadas Históricas pela intervenção arquitectónica de cariz moderno. Classificam-se assim as Pousadas de Alcácer do Sal, Amares, Angra do Heroísmo (Açores), Arraiolos e Crato.

⁹⁶ Portugal. Ministério das Obras Públicas – **Pousada dos Lóios**. Lisboa: Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1965, s/p.

As obras de conservação e de adaptação da Pousada dos Lóios, a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foram orientadas pelos arquitectos João Filipe Vaz Martins e Rui Ângelo Couto. Algumas zonas específicas do extinto convento foram alvo de reajustamentos e de alterações, de forma a irem ao encontro da nova função. Porém não foram colocados em risco nem sequer desvirtuados elementos construtivos que tivessem contribuído para a sua classificação como Monumento Nacional em 1922⁹⁷.

À Comissão responsável pela aquisição do mobiliário⁹⁸ coube ainda a missão da decoração da Pousada. E também aqui se procurou preservar e respeitar a memória da matriz religiosa do espaço. Houve o cuidado de adequar o mobiliário e a decoração, recorrendo à arte popular característica da região, sem descuidar o factor do conforto. Para a concretização deste propósito foi extremamente importante o contributo do Museu de Évora, que a título de depósito cedeu alguns quadros e peças de mobiliário.

A 27 de Março de 1965, a Pousada dos Lóios é oficialmente inaugurada pelo senhor Presidente da Republica, Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, e abre as suas portas pelas mãos de uma concessionária de origem espanhola, de seu nome Maria Emília Ximenez Telles.

2. O caso dos registos religiosos

Quando nos propusemos a fazer este trabalho de investigação, uma das nossas principais prioridades foi a de indagarmos qual a proveniência dos registos religiosos precedentes ao ano de 2001⁹⁹. Sem qualquer tipo de documentação ou de inventariação que nos pudesse servir de suporte, lembrámo-nos de recorrer a antigos funcionários da Pousada que tivessem acompanhado os seus primeiros anos de funcionamento. Dos três que conseguimos contactar¹⁰⁰ o consenso foi geral: desconhecem a procedência dos registos religiosos mas garantem que eles

⁹⁷ Dec.n.º 8217, DG 130 de 29 de Junho de 1922.

⁹⁸ Comissão constituída pelo Engenheiro José Espregueira Mendes, o Arquitecto João Filipe Vaz Martins e o Dr. Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo.

⁹⁹ Esta questão já eu a tinha colocado sem sucesso, nesse mesmo ano, no preciso momento em que a Maria Gabriel Oliveira, adjunta do director e a Sofia de Bragança, uma das decoradoras da rede Enatur, me deram a conhecer o acervo para que eu pudesse analisar os registos e verificar quais é que necessitavam de restauro e que tipo de restauro.

¹⁰⁰ A Sr.ª Violeta, o Sr. Luís Abílio e o Sr. Joaquim Calçôa. Posteriormente vieram a ser respectivamente governanta de andares, director e chefe de bar.

fazem parte da decoração original da Pousada. É claro que não sabemos se são os mesmos de há quarenta e quatro anos atrás. Até poderão ser, uma vez que dos dezanove¹⁰¹ que foram restaurados, os dois que ainda não tinham marcas de intervenção¹⁰² (figuram nas fichas de inventariação nº 02 e nº 11) encontravam-se em péssimo estado.

Ainda que o acervo seja constituído na íntegra por sessenta e cinco registos religiosos, o nosso estudo recaiu apenas sobre quarenta e sete: os vinte e oito que fornecemos à Enatur na época em que remodelaram os quartos da Pousada (2001), e os dezanove que também restaurámos. Esta decisão não partiu de nós. Foi condição imposta pelo actual adjunto do director da Pousada dos Lóios, o Sr. Orlando Araújo. Só assim, ao concordarmos com esta limitação, é que obtivemos autorização para aceder à colecção e para a fotografar.

Ao fazermos um apanhado geral dos dezanove registos religiosos restaurados, averiguámos que apenas dois dos registos de santos não têm qualquer tipo de identificação, treze possuem somente o nome do santo; dois referem o nome do santo e as indulgências; um, o nome do santo, a localidade onde é venerado e as indulgências, e também só um deles, é que para além do nome do santo e das indulgências, detém o nome e a morada da fábrica onde foi editado. Apurámos também que dez dos registos de santos são a preto e branco e nove são coloridos. Destes últimos, sete foram coloridos manualmente e dois mecanicamente.

No que concerne aos restantes vinte e oito registos religiosos, verificámos que todos os seus registos de santos são a preto e branco e todos estão devidamente identificados com os nomes dos santos. Vinte e um são anónimos; sete, têm o nome do autor inscrito; três, o ano da impressão; oito, o nome da localidade onde são venerados; sete, a morada do local onde eram comercializados; dois, a morada do local onde eram comercializados e venerados; dois, as indulgências; três, as indulgências e o local onde são venerados e, por último, três só com o nome do santo.

Relativamente aos elementos constitutivos e à organização temática dos registos religiosos, de um modo geral, com uma ou outra excepção, foram seguidos os princípios tradicionais que se devem de preservar nesta arte: o emprego do

¹⁰¹ Importa salientar que na verdade foram restaurados vinte e um registos religiosos. Contabilizámos apenas dezanove porque estes dois não possuem como figura central um registo de santo.

¹⁰² Conseguimos ter essa percepção pela diferença dos materiais utilizados.

registo de santo a preto e branco ou colorido manualmente, colocado no centro do trabalho; os bordados simétricos; a utilização de flores de várias espécies feitas em papel, tecido ou canutilho; o emprego de sedas e damascos, dourados e encarnados; os galões decorativos antigos em passamanaria; os galões decorativos em papel dourado; os remates a papel estampado, dourado ou a seda e os laços também em fita de seda.

Quanto ao processo de restauro de 2001 – que conforme já aludimos foi efectuado por nós – foi todo ele alicerçado nos princípios de um restauro não intrusivo. Os registos religiosos foram reconstituídos com o recurso a materiais tradicionais, à imagem dos mesmos que tinham sido utilizados na sua criação, evitando-se a aplicação de elementos “novos” ou até mesmo de novas cores que pudessem de alguma maneira desvirtuar o trabalho. No caso dos registos nº 2 e nº 11, que já mencionámos que não tinham marcas de intervenção e que se encontravam em péssimo estado, com a seda descolorida e em alguns lados esfarrapada por debaixo do bordado também já muito danificado e incompleto, foram apenas substituídos os laços. Esta decisão foi tomada por parte da decoradora que acompanhou todo o processo, e após consulta do orçamento que foi previamente apresentado para todos os outros restauros. Como é facilmente compreensível, o custo destes dois restauros seria muito aproximado do de dois registos novos do mesmo modelo.

Resta acrescentar que quer os registos religiosos restaurados, quer os “novos” estão devidamente identificados com uma etiqueta autocolante colada na parte detrás do trabalho. Nesta etiqueta, e no caso dos registos restaurados, consta o nome da autora, os seus contactos e a menção de que o trabalho foi restaurado. Nos “novos” figuram apenas o nome e os contactos da autora.

3. Inventariação e catalogação

Conforme já o referimos, até ao momento, não temos informação de que tenha sido efectuado qualquer levantamento do acervo dos registos religiosos da Pousada dos Lóios. Não sabemos se somos os primeiros a fazê-lo, mas tendo em conta que o nosso estudo se reporta a este caso, foi fundamental, para nós conhecer, identificar e caracterizar individualmente os espécimes que o constituem.

Para a composição do modelo das fichas de inventariação baseámo-nos na ficha de objecto que é apresentada no Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, mais concretamente na que é utilizada na inventariação dos registos religiosos. Todavia, como o acervo do nosso estudo é constituído unicamente por estes objectos devocionais, e por termos a noção da importância do inventário e da catalogação na salvaguarda do património cultural, entendemos por bem criar um protótipo mais pormenorizado e desenvolvido, com mais campos de preenchimento, de molde a que pudéssemos recolher e transmitir a maior informação possível. Decidimos então que, em termos estruturais, era essencial proceder à divisão do documento em três áreas: Identificação, Caracterização e Descrição do registo religioso. A área da Identificação é composta pelo número de inventário que foi atribuído ao registo religioso; a designação do objecto que está a ser alvo de inventariação; o local / endereço onde se encontra o registo religioso; o nome da sua entidade proprietária; a forma e a data em que o registo foi adquirido e por último a sua proveniência. No espaço da Caracterização definimos a categoria a que pertence o registo religioso; o modelo; as dimensões; a cronologia; os materiais e as técnicas que foram empregues na sua execução; o estado de conservação em que se encontra no momento em que é inventariado; se foi ou não restaurado e caso tenha sido, a data em que o foi e o nome da pessoa responsável pela intervenção. No campo da Descrição figuram a fotografia do registo religioso, a sua descrição completa e as observações ao seu estado actual, mencionando-se neste item se o objecto necessita ou não de alguma intervenção.

Supomos que este modelo de inventariação-catalogação, devidamente informatizado – para possibilitar uma melhor actualização, acesso e utilização – poderá não só ser aplicado aos outros acervos de registos religiosos das Pousadas de Portugal, nomeadamente ao de Santa Marinha da Costa (Guimarães) e ao da Rainha Santa Isabel (Estremoz), mas também a outros acervos similares, que não registos religiosos, como por exemplo alfaias litúrgicas ou paramentos eclesiásticos, entre muitos outros.

Nos últimos anos, em termos gerais, o inventário do Património Cultural conheceu um incremento bastante significativo, impulsionado em muito pelos apoios financeiros proporcionados pelos Quadros Comunitários de Apoio. Tal contributo permitiu a concretização de inúmeros projectos de inventariação, informatização e

divulgação de acervos na Internet, desenvolvidos por parte de diversas entidades, como Autarquias, Fundações, Dioceses ou Museus.

Com as fichas de inventariação que elaborámos e de que passaremos a apresentar apenas dez exemplos – seleccionados segundo o nosso critério de beleza e a relevância da gravura –, pretendemos, acima de tudo, contribuir para o conhecimento, a preservação, a salvaguarda e a valorização patrimonial desta arte espiritual popular.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 01

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Desconhecidas

Proveniência: Desconhecida

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa c / bordado papel

Dimensões: **Altura** – 23cm; **Largura** – 18cm

Cronologia: Desconhecida

Materiais: Registo de santo (colorido manualmente), vidros, cartão, papel, galão decorativo em papel dourado, linha, cola, agulha, fita de seda bege

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Sim

Data / Responsável: Outubro 2001; Carla Caetano Barreiros

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de vidro contornada por papéis (castanho e dourado) e galão decorativo de papel dourado. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de cetim bege, debruado por galão decorativo em papel dourado. No interior, gravura colorida manualmente e aplicada sobre fundo de papel verde, circundada por aplicações manuais e galão decorativo em papel, dourados.

O registo de santo (anónimo) detém em cartela inferior a indicação VIRGO MARIA MATER DE (?). Pela representação, pensamos estar perante a Virgem Maria, São José e o Menino Jesus. Se assim for, temos a Virgem, coroada, frontal, cabeça reclinada à esquerda, a olhar para o Menino Jesus deitado no berço. Atrás da Virgem, São José segura na sua mão esquerda um ramo de lírios brancos.

Observações: Nenhumas.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 02

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Desconhecidas

Proveniência: Desconhecida

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Octogonal c / bordado

Dimensões: **Altura** – 28cm; **Largura** – 22cm

Cronologia: Desconhecida

Materiais: Registo de santo, arame, tecido, papel, cartão, cola, linha, galão decorativo em metal dourado, fio, lantejoulas e canutilho dourado, agulha, tesoura

Técnicas: Bordado, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Mau

Restaurado: Sim

Data / Responsável: Outubro 2001; Carla Caetano Barreiros

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa octogonal, de interior cheio, forrada (aparentemente) a seda bege clara, bege escura, amarela e encarnada. Bordado a fio, canutilho, lantejoulas e flores de papel dourados. Gravura rebaixada no centro do trabalho, rematada a galão decorativo de metal. Aro de suspensão enfeitado com laço de damasco dourado, rematado por galão decorativo em passamanaria.

O registo de santo detém em cartela inferior a inscrição JEZUS MARIA JOZE / Fugindo para o Ingito.

Maria e Jesus em cima de um burro, num fundo resplendorado com nuvens e cabeças de anjos alados. Junto deles, caminham o Anjo do Senhor e S. José segurando um ramo de lírios.

Moldura de formato rectangular ornada com grinaldas.

Observações: Devido ao mau estado de conservação deste trabalho, o seu

restauro em 2001, limitou-se apenas à substituição do laço. Estamos perante um dos exemplares mais antigos do acervo. Na realidade, quer este registo religioso quer o outro modelo similar, que consta na ficha de inventariação nº 11, são os únicos que com a excepção da alteração do laço, mantêm na integra a sua originalidade conceptual.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 03

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Mediante encomenda; Setembro de 2001

Proveniência: Carla Caetano Barreiros

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa de vidro c / bordado

Dimensões: **Altura** – 22cm; **Largura** – 17cm

Cronologia: Gravura datada de 1765; registo religioso séc. XXI

Materiais: Registo de santo, vidros, papel, arame, tecido, cartão, flores de papel dourado, fio e canutilho dourados, cola, fita de seda, linha, galão decorativo de papel dourado, agulha, tesoura

Técnicas: Colagem, bordado, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Não

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de vidro contornada por fita de seda bege e galão decorativo de papel dourado com motivo de conchas. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de seda bege, rematado por galão de papel dourado.

No interior, gravura circundada por bordado simétrico executado a fio, canutilho e flores de papel dourados, sobre um fundo revestido a damasco de seda natural da mesma cor.

O registo de santo detém em cartela inferior a inscrição *S. RITA DE CASSIA / Vencedora de inopociveis e advogada de / Terremotos, e em subscrição Achase-á em caza de Francº. Manoel às Portas de Stº Anta / Lxª 1765.*

A Virgem surge com os seus atributos simbólicos (o hábito com o Rosário preso na cintura, a palma do martírio e glória, a cruz e a chaga na testa) num fundo de casas destruídas e de nuvens com cabeças de anjos alados.

Moldura ornada de concheados e acantos inserida noutra moldura de formato rectangular.

Observações: Nenhumas.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 04

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Mediante encomenda; Setembro de 2001

Proveniência: Carla Caetano Barreiros

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Octogonal c / bordado

Dimensões: **Altura** – 26cm; **Largura** – 21cm

Cronologia: Gravura datada de 1784; registo religioso séc. XXI

Materiais: Registo de santo, arame, tecido, papel, papel prateado, cartão, cola, linha, galão decorativo e flores de papel dourados, fio dourado,

lantejoulas e canutilho dourado, agulha, tesoura

Técnicas: Bordado, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Não

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa octogonal, de interior cheio, forrada a damasco de seda dourado.
Bordado a fio dourado, lantejoulas e flores de papel dourado e prateado.
Gravura rebaixada no centro do trabalho, rematada a galão decorativo de papel dourado.

O registo de santo (anónimo) detém a inscrição O S. JEZUS DOS IMPOSSI
=VEIS/ e em cartela Inferior *Venerase esta Imag. / na Ermida da Ascenção
sita na = / Calcada do Combro. O Emº Snr. Cardeal / Patriarcha concede 100
dias de Indulg.^a a =/ q. rezar hum P.N e Av. M. diante desta / Imag.*

Imagem de corpo inteiro, frontal, mãos caídas, num fundo resplendorado com
nuvens e cabeças de anjos.

Moldura rectangular, transposta de concheados.

Observações: Nenhumas.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 05

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Mediante encomenda; Setembro de 2001

Proveniência: Carla Caetano Barreiros

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Triângulos

Dimensões: **Altura** – 24cm; **Largura** – 19cm

Cronologia: Gravura datada de 1744; registo religioso séc. XXI

Materiais: Registo de santo, vidro, papel, arame, tecidos, cartão, cola, linha, galão decorativo em passamanaria, agulha, tesoura

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Não

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de um só vidro, assente sobre a gravura. Laterais forrados com damascos de seda verde e dourado. Caixa, gravura e laterais contornados por galão decorativo em passamanaria.

O registo de santo detém em cartela inferior a inscrição S. CAJETANUS / CLER. REG. FUND. / G. F. L. Debrie del. et sculp: 1744.

O fundador da Ordem dos Teatinos, num fundo resplendorado, enverga sotaina e segura nos braços o Menino.

Moldura oval a sobrepor-se a rectângulo, ornada com acantos e motivos fitomórficos.

Observações: Nenhumas.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 06

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Desconhecidas

Proveniência: Desconhecida

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa oval c / vidro

Dimensões: **Altura** – 14cm; **Largura** – 13cm

Cronologia: Desconhecida

Materiais: Registo de santo (colorido manualmente), papel, tecido, lantejoulas, Missangas, cola, arame, vidro, linha, fita de cetim, galão decorativo de papel dourado, galão decorativo em passamanaria.

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Sim

Data / Responsável: Outubro 2001; Carla Caetano Barreiros

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa oval, de um só vidro, forrada exteriormente com damasco de seda encarnado. Vidro contornado por galão decorativo em passamanaria. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de cetim azul escuro, debruado por galão decorativo em papel dourado.

No interior, gravura colorida manualmente, em suspensão, aplicada sobre fundo de damasco de seda bege, envolvida por cercadura manual em papel bege claro, e aplicações manuais de motivos florais em papel da mesma cor.

O registo de santo (anónimo) detém em cartela inferior a inscrição MATER DOLOROSA.

A Virgem surge a meio corpo, envolta em resplendor, trespassada no peito por uma espada e com uma expressão de dor no rosto. No seu regaço, a coroa de espinhos.

Moldura oval, ornada com motivos vegetalistas.

Observações: Aro de suspensão necessita de restauro.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 7

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Mediante encomenda; Setembro de 2001

Proveniência: Carla Caetano Barreiros

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa de vidro c / flores e bordado

Dimensões: **Altura** – 22cm; **Largura** – 18cm

Cronologia: Gravura datada de 1815; registo religioso séc. XXI

Materiais: Registo de santo, vidros, arame, tecido, papel, cartão, flores de tecido, fio dourado, lantejoulas e canutilho dourados, cola, fita de seda, linha, galão decorativo de papel dourado, agulha, tesoura

Técnicas: Colagem, bordado, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Não

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de vidro contornada por fita de seda bege e galão decorativo de papel dourado com motivo de conchas. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de seda bege, rematado por galão decorativo de papel dourado.

No interior, gravura circundada por bordado simétrico executado a fio, canutilho e lantejoulas dourados, sobre uma tira de damasco de seda encarnado. Ao damasco une-se uma outra tira, de papel dourado, salpicado de flores brancas, azuis claras e encarnadas (miosótis e botões de rosa) de tecido.

O registo de santo detém em cartela inferior a inscrição BOM JESUS. / q se venera na sua Igreja de Fão. Fora da mancha: O Prior Santa Cruz amandou Abrir. / Fontes, Ab. em 1815.

O Bom Jesus carrega a cruz a caminho do calvário.

Moldura rectangular ornada por grinaldas.

Observações: Substituir galão do laço.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 08

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Desconhecidas

Proveniência: Desconhecida

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa de vidro c / flores canutilho

Dimensões: **Altura** – 20cm; **Largura** – 15cm

Cronologia: Desconhecida

Materiais: Registo de santo (colorido manualmente), vidros, flores de canutilho, cola, cartão, arame, papel, tesoura, linha, fita de cetim, galão decorativo em papel dourado, tecido, papel

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Razoável

Restaurado: Sim

Data / Responsável: Outubro 2001; Carla Caetano Barreiros

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de vidro contornada por papéis, castanho e dourado e galão decorativo de papel dourado. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de cetim bege, debruado com galão decorativo em papel dourado.

No interior, gravura aplicada sobre fundo de damasco de seda estampado, de cor rosada, circundada por aplicações decorativas em papel encarnado e flores, de canutilho prateado e de papel, douradas, amarelas e cor de rosa.

O registo de santo (anónimo) detém em cartela inferior a inscrição S. LVZIA.

A Mártir surge num fundo resplendorado, a segurar na mão esquerda um prato com dois olhos e na direita uma palma.

Moldura rectangular aparentemente de concheados e acantos.

Observações: Caixa de vidro aberta, separada da base.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 09

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Mediante encomenda; Setembro de 2001

Proveniência: Carla Caetano Barreiros

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa de triângulos e flores

Dimensões: **Altura** – 22cm; **Largura** – 18cm

Cronologia: Gravura s / data; registo religioso séc. XXI

Materiais: Registo de santo, tecido, papel, flores de papel e de tecido, linha, arame, cartão, cola, fita de seda, galão decorativo de papel, vidro, agulha, tesoura

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Não

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa de um só vidro. Laterais forrados com brocados, bege e estampado de motivo floral. Caixa e laterais contornados por galão decorativo dourado de papel dourado com motivo de conchas. Aro de suspensão enfeitado com laço de fita de seda bege, rematado por galão decorativo de papel dourado.

No interior, gravura ladeada por papel dourado, salpicado de flores brancas, cor de rosa e encarnadas (miosótis e botões de rosa) de tecido e de papel.

O registo de santo (anónimo) detém em cartela inferior a inscrição N. S. DO BOM PARTO / *Que se venera na Capella de S, Vicente / em Covilhã.*

Virgem coroada, frontal e envolta em resplendor, segura o Menino nos seus braços.

Manto aberto em leque sobre peanha.

Moldura rectangular, de concheados e acantos, ornada com grinaldas.

Observações: Substituir laço do galão.

FICHA DE INVENTARIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nº de Inventário: 10

Designação: Registo religioso

Local / Endereço: Pousada dos Lóios (Évora)

Propriedade: Enatur – Pousadas de Portugal, S.A.

Forma e data de aquisição: Desconhecidas

Proveniência: Desconhecida

CARACTERIZAÇÃO

Categoria: Objecto devocional

Modelo: Caixa tricolor c / vidro

Dimensões: Altura – 27cm; Largura – 23cm

Cronologia: Desconhecida

Materiais: Registo de santo, vidro, tecidos, cartão, arame, cola, galão decorativo em passamanaria, tesoura

Técnicas: Colagem, aplicação manual em costura

Estado de conservação: Bom

Restaurado: Sim

Data / Responsável: Outubro 2001; Carla Caetano Barreiros

DESCRIÇÃO DO REGISTO RELIGIOSO



Caixa com um só vidro, assente sobre a gravura. Laterais cheios e forrados com damascos de seda, dourado, verde e encarnado. Caixa, gravura e laterais contornados por galão decorativo em passamanaria. Aro de suspensão enfeitado com laço de damasco de seda amarelado.

O registo de santo (anónimo) detém em cartela superior a inscrição *N. S. DAS ALMAS* e em subscrição *O Ex.º e Rm. mº Snr. Card. Patriarcha con / cede cem dias de Indulgªs. a cada Pessoa q. Rezar / todos os dias hua Salve Rainha diente desta / Imagem.*

Nossa Senhora envolta em resplendor, por cima de nuvens, rodeada por cabeças de anjos alados, contempla as almas do purgatório.

Moldura rectangular com cantos superiores cortados.

Observações: Nenhumas.

3.1. Interpretação do acervo

Apesar de só termos apresentado dez fichas de inventariação no corpo do texto e remetido a maioria delas (trinta e sete) para o Anexo II, vamos interpretar aqui o acervo no seu todo, fazendo apenas uma destriça e uma comparação entre os registos restaurados e os “novos” no que respeita à diversidade dos modelos, aos acabamentos, às cores e às gravuras predominantes, e às técnicas empregues.

Tabela nº 1: Caracterização do acervo: modelos / quantidade

MODELOS / QUANTIDADE (Registos restaurados)	MODELOS / QUANTIDADE (Registos “novos”)
Caixa c/ alçado (1)	Caixa triângulos c/ flores (4)
Caixa vidro c/ ramo flores (2)	Caixa vidro c/ flores e bordado (2)
Caixa vidro c/ flores (2)	Caixa vidro c/ bordado (2)
Caixa forrada c/ vidros (2)	Caixa tecido c/ triângulos (2)
Caixa tricolor c/ vidro (1)	Caixa triângulos (4)
Caixa coração c/ vidro (1)	Caixa vidro (2)
Caixa vidro c/ flores canutilho (1)	Caixa vidro c/ triângulos pequenos (3)
Caixa octogonal c/ bordado papel (1)	Caixa vidro c/ ramos de flores (2)
Caixa vidros direitos c/flores (1)	Octogonal c/ bordado (2)
Octogonal c/ bordado (2)	Caixa vidro c/ interior saliente (1)
Caixa vidro c/ aplicações canutilho (1)	Caixa octogonal (2)
Caixa oval c/ vidro (1)	Caixa octogonal c/ tecidos (2)
Caixa octogonal (1)	
Caixa c/ recortes flores (1)	
Caixa c/ decoração papel (1)	
Total: 19	Total: 28

Após a leitura da tabela constatamos que o conjunto dos registos restaurados comporta uma maior diversidade de modelos do que o dos registos “novos”. Na sua maioria os modelos são únicos, repetindo-se apenas quatro. Nestes quatro modelos, existem seis exemplares completamente iguais, com excepção da

gravura. No caso dos registos “novos” dá-se a situação inversa. Predominam os modelos repetidos e não há um único exemplar igual.

Tabela nº 2: Caracterização do acervo: acabamento / quantidade

ACABAMENTOS / QUANTIDADE (Registos restaurados)	ACABAMENTOS / QUANTIDADE (Registos “novos”)
Forrados c/ papel (9)	Forrados c/ papel (0)
Forrados c/ tecido (7)	Forrados c/ tecido (28)
Forrados c/ galão papel (3)	Forrados c/ galão papel (0)
Contornados c/ galão papel (13)	Contornados c/ galão papel (20)
Contornados c/ galão passamanaria (6)	Contornados c/ galão passamanaria (8)
Enfeitados c/ laço (16)	Enfeitados c/ laço (18)

A tabela nº 2 indica-nos que no grupo dos registos restaurados dominam os exemplares forrados a papel e a galão. O mesmo não sucede no dos “novos”, onde todas as peças são forradas a tecido. Verifica-se também que tanto nos trabalhos restaurados como nos “novos” houve uma preferência pelo contorno a galão de papel e pelo enfeite com o laço.

Tabela nº 3: Caracterização do acervo: cores predominantes / quantidade

CORES PREDOMINANTES / QUANTIDADE (Registos restaurados)	CORES PREDOMINANTES / QUANTIDADE (Registos “novos”)
Encarnado (5)	Encarnado (13)
Dourado (7)	Dourado (9)
Verde seco (3)	Verde seco (6)
Beges (6)	Beges (0)

Com a análise da tabela nº 3 apercebemo-nos que, das quatro cores empregues nos registos restaurados, houve uma primazia pela utilização da cor dourada. Posteriormente seguiram-se a encarnada, a bege e a verde seco. No que

respeita aos “novos”, a predilecção recaiu sobre a cor encarnada, sucedendo-lhe depois, o dourado e o verde seco.

Tabela nº 4: Caracterização do acervo: gravura / quantidade

GRAVURAS / QUANTIDADE (Registos restaurados)	GRAVURAS / QUANTIDADE (Registos “novos”)
Nossa Senhora (7)	Nossa Senhora (12)
Santas (5)	Santas (5)
Santos (1)	Santos (7)
Conjunto (Santas e Santos) (1)	Conjunto (Santas e Santos) (0)
Santíssima Trindade (3)	Santíssima Trindade (0)
Reis Magos (1)	Reis Magos (0)
Senhor Jesus (1)	Senhor Jesus (4)

Esta tabela nº 4 revela-nos que tanto nos registos restaurados, como nos “novos”, dominam as gravuras com a imagem de Nossa Senhora, embora no caso dos “novos” a diferença seja mais acentuada.

Relativamente à repetição dos nomes de Nossa Senhora, das Santas e dos Santos, esta situação ocorre apenas nos registos “novos”, onde surgem dois exemplares com gravuras de Nossa Senhora das Dores, dois com Santa Rita de Cássia, e outros dois, com gravuras de Santo António.

Tabela nº 5: Caracterização do acervo: técnica / quantidade

TÉCNICAS / QUANTIDADE (Registos restaurados)	TÉCNICAS / QUANTIDADE (Registos “novos”)
Colagem (19)	Colagem (28)
Aplicação manual de costura (15)	Aplicação manual de costura (28)
Bordado c / agulha (2)	Bordado c / agulha (6)

A tabela nº 5 demonstra que a colagem é a técnica principal na arte de fazer os registos religiosos. É imprescindível. Seja na feitura das caixas, na aplicação dos tecidos, na das gravuras, ou na dos galões, está sempre presente.

Podemos apurar igualmente que a aplicação manual de costura está patente em todos os registos “novos”. Regra geral é utilizada no caseamento dos aros de suspensão, se bem que, no caso dos registos restaurados, houve quatro aros que não foram alvo deste processo.

O bordado com agulha aplica-se quando o bordado é executado a fio, a canutilho, a lantejoulas ou a missangas. Enquanto que no grupo dos registos restaurados só constam dois destes modelos, no dos “novos”, por uma questão de gosto, pessoal surgem seis.

Fazendo uma apreciação final das cinco tabelas, depreendemos que a grande diferença entre o conjunto dos registos restaurados e o dos “novos”, se prende essencialmente com a criatividade do artista; criatividade manifesta na escolha dos modelos e na aplicação dos materiais tradicionais.

Capítulo IV

Valorização patrimonial dos Registos da Pousada dos Lóios: Proposta de exposição

Preconizada ao longo dos séculos pelas mais distintas sociedades humanas, a apresentação pública de bens de valor patrimonial e cultural transformou-se cada vez mais numa prática comum. Estudos históricos e sociológicos revelam que esta tendência despontou nos alvares mais remotos do coleccionismo, e que se foi desenvolvendo até ao aparecimento dos primeiros museus na Europa, adquirindo nesta fase uma grande projecção e significados próprios¹⁰³.

Como os conceitos estão em constante mutação, a valorização dos objectos nem sempre se regeu pelos mesmos padrões. As sociedades foram modificando a sua forma de os perceber e entender. Primitivamente admirou-os com o mesmo olhar dos coleccionadores, dignificou-os apenas pela sua vertente estética – originalidade, beleza, exotismo, raridade, etc. – e posteriormente aprendeu também a apreciá-los pela sua função cultural.

Os objectos configuram ideias, comunicam, transmitem mensagens, informam-nos sobre eles mesmos. São o suporte palpável e físico daquilo que significam. A este significado acrescem ainda os valores simbólico – que nos elucida acerca das convicções e do sistema de valores de uma sociedade –, e o histórico, que independentemente de o objecto ter ou não perdido a sua função inicial transmite a sua memória, algum conhecimento das condições culturais, económicas, sociais ou religiosas que os produziram.

¹⁰³ De um modo um tanto ou quanto simplista poderemos dizer que embora este hábito se tenha gerado na Antiguidade Clássica ele acentuou-se sobretudo na Idade Média com o aparecimento dos tesouros medievais e prolongou-se até ao século XIX, já com os contornos do museu moderno. Os museus modernos dos séculos XVIII e XIX resultam, na sua maioria, das colecções privadas da realeza. Estas colecções encontravam-se expostas nos chamados “gabinetes de curiosidades” e estavam apenas ao alcance dos seus coleccionadores, familiares e amigos. Com a instituição do museu “público” e das exposições o acesso à arte e à cultura deixou de ser privilégio de uma minoria.

O termo exposição designa “ (...) o acto ou o feito de expor colecções, objectos ou informação ao público e visa o estudo, a educação, o entretenimento, o prazer e o desenvolvimento sociocultural (...)”¹⁰⁴.

A exposição, para além de ser uma realidade histórica e museológica – independentemente da categoria patrimonial dos bens, – com os parâmetros da “nova museologia”¹⁰⁵ começou a ser entendida como um meio de comunicação, como uma forma de dialogar com a comunidade e como algo específico, mas não exclusivo, do museu. Por outras palavras, de uma simples exibição de objectos, a exposição passou a ser compreendida como um fenómeno que estabelece a mediação entre o público e o que representam os objectos expostos. É a exposição que por intermédio de várias estratégias e recursos descodifica o discurso científico e dá sentido aos objectos.

Isabel Garcia Fernández e Luís Alonso Fernández¹⁰⁶ referem que consoante a sua função histórica e sociocultural a exposição pode classificar-se como *simbólica*, *comercial*, *documental* e *estética*. A *simbólica* presume o aspecto político e o religioso, e está quase sempre ligada ao valor ostensivo dos bens; a *comercial* relaciona-se com o valor financeiro dos artigos em questão; a *documental* reporta-se ao valor científico ou informativo dos objectos e é usualmente adoptada pelos museus de natureza técnica e científica, e ainda pelos ecomuseus. Finalmente, a exposição *estética* está intimamente relacionada com o valor artístico dos objectos. Como é facilmente perceptível, estas quatro funções não são de todo incompatíveis entre elas. Muito pelo contrário. Frequentemente estão presentes na mesma exposição.

Segundo os mesmos autores e de acordo com um critério espaço-temporal, as exposições dividem-se em *permanentes*, *temporárias*, *itinerantes*, *portáteis* e *móveis*. Enquanto que as exposições *permanentes* traduzem continuidade e são próprias dos museus, as *temporárias* conforme o nome indica são de duração limitada, criadas exclusivamente para mostras concretas e circunstanciais, e são praticadas não só pelos museus mas também por outras entidades que tenham fundos próprios ou emprestados. As exposições *itinerantes* são temporárias e percorrem durante um certo

¹⁰⁴ Luís Alonso Fernández – **Introducción a la nueva museología**. Madrid: Alianza Editorial.2003, p.182, (tradução da autora).

¹⁰⁵ Segundo Luís Alonso Fernández, in **Introducción a la museología**, p. 73, esta terminologia foi utilizada pela primeira vez por G. Mills e R. Grove em 1958. Em 1980, André Desvallées publica a expressão “Nouvelle muséologie” na *Enciclopedia Universalis*. Em traços gerais a “nova museologia” versa entre outras, a democracia cultural, a consciencialização, um sistema aberto e interactivo e o diálogo entre os sujeitos.

¹⁰⁶ Luís Alonso Fernández; Isabel Garcia Fernández – **Diseño de exposiciones. Concepto, instalación y montage**. Madrid: Arial, 1999, p. 18.

período de tempo distintos espaços expositivos, previamente estabelecidos. Quanto às exposições *portáteis*, são igualmente temporárias, com a diferença de que devido à sua pequena dimensão e conseqüente facilidade de transporte e de instalação, não chegam a ser desmontadas. No que toca às exposições *móveis*, elas também permanecem montadas, são geralmente desenhadas para espaços reduzidos como os de caravanas ou de autocarros e destinam-se essencialmente a fins publicitários.

No que concerne à *extensão* ou *densidade* dos conteúdos, a exposição pode ser de cariz *geral* ou *generalista*, *monográfica*, *polivalente* ou *especial*. Intitula-se *geral* ou *generalista* a exposição que se estende a vários conteúdos; *monográfica* a que se restringe a uma só temática; *polivalente* quando permite vários tipos de leitura¹⁰⁷ e *especial* quando reúne meios técnicos e cenográficos considerados fora do comum.

Partindo da premissa de que esta tese se insere num programa de mestrado na área de Gestão e da Valorização do Património Histórico e Cultural, seria certamente uma grande lacuna da nossa parte se após todo o processo de identificação e de caracterização do acervo dos registos religiosos da Pousada dos Lóios ficássemos só por aqui.

Conscientes de que a exposição é a grande cúmplice da arte, o escaparate que lhe proporciona visibilidade, e do peso que as exposições têm na nossa cultura visual, decidimos também apresentar uma proposta de exposição. Com esta acção pretendemos promover e valorizar um património histórico-artístico que, neste caso, se encontra desafectado da sua intencionalidade original, reavivar e despertar memórias da vivência religiosa e fomentar a acção educativa e cultural no concelho de Évora.

Relativamente à eleição do local da exposição não precisámos de pensar duas vezes. Anuímos que seria um contra-senso retirar os registos religiosos da Pousada, uma vez que queremos preservar ao máximo o seu espírito de marca e restituir-lhes a identidade perdida. Convém salientar que nos referimos à identidade do momento a partir do qual foram conhecidos, não o original, de quando foram criados, já que desconhecemos se todos os registos religiosos foram feitos directamente para a Pousada. Por outro lado, este nosso propósito não é descabido ou sequer inovador. Nos tempos da Enatur, as exposições eram frequentes na Pousada dos Lóios. A entidade dava primazia aos artistas da região e foram várias as mostras de pintura, de escultura e até mesmo uma de registos religiosos. Para o efeito, a Pousada

¹⁰⁷ Variáveis consoante a idade, a formação ou a mentalidade de quem visita este tipo de exposição.

transformou um espaço desaproveitado na época¹⁰⁸ em galeria de arte. Não obstante, o artista podia escolher a área que melhor se enquadrava às suas obras ou ao seu gosto. Assim, as exposições na Pousada dos Lóios, tanto se realizavam na galeria de arte, como no claustro do piso superior, no *lobby* (hall de entrada da Pousada) ou na sala do bar, misturando-se e confundindo-se as peças expostas com a própria decoração. Quando as exposições eram de maior vulto, estendiam-se até aos claustros do piso térreo.

No nosso caso, temos que confessar que, num primeiro impulso, estivemos tentados a devolver os registos religiosos ao seu local de origem, os quartos. Porém depressa nos apercebemos que se o fizéssemos estaríamos a condicionar a mostra a um número reduzido de pessoas e apenas à classe turística, quando o nosso objectivo é precisamente o contrário. Apesar da exposição não ser extensa, é simbólica e desejamos abri-la não a um, mas sim a distintos públicos.

Decidimos então que o espaço mais apropriado da Pousada para colocarmos em prática a nossa proposta de exposição, seria, os claustros do piso superior. Neste espaço conseguimos quase que sentir a presença dos monges e escutar os murmúrios das suas orações. Paira no ar um convite à reflexão, convite esse que acentua o sentido do sagrado do registo religioso.

Nas imagens que se seguem apresentamos a planta¹⁰⁹ da Pousada dos Lóios com o percurso do acesso à exposição e ao circuito expositivo devidamente assinalados; bem como cada um dos quatro corredores que constituem, na íntegra, o espaço dos claustros, e através delas vamos explicar a montagem que idealizámos para o acervo e o seu respectivo circuito expositivo.

¹⁰⁸ A Maria Gabriel Oliveira, ex-adjunta de direcção da Pousada dos Lóios explicou-nos que era um espaço de certo modo independente da Pousada. Permitia que o acesso fosse feito por uma porta lateral, que dava precisamente para o templo Romano. Posteriormente foi alugado a particulares que abriram uma loja de vinhos e actualmente é mais um dos quartos da Pousada.

¹⁰⁹ Embora se trate da planta original da Pousada e date de 1965, não houve alterações no percurso compreendido entre o *lobby* e os claustros do piso superior. Portugal. Ministério das Obras Públicas – Pousada dos Lóios, Évora. Lisboa: Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1965, s/p.

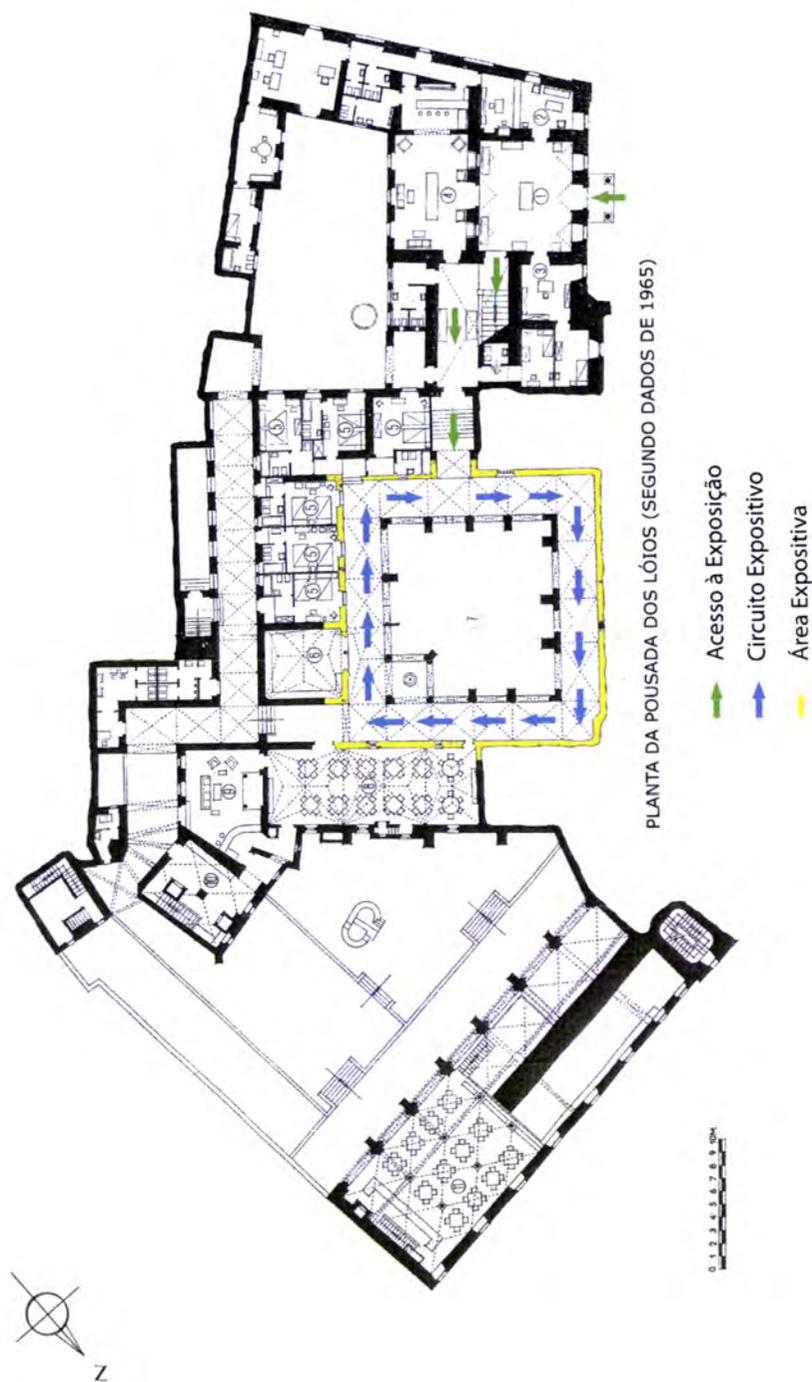


Fig. 1 – Planta da Pousada dos Lóios (segundo dados de 1965)¹¹⁰

¹¹⁰ Portugal. Ministério das Obras Públicas – **Pousada dos Lóios**. Lisboa: Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1965, s/p.



Fig.2 – Ala Sul dos Claustros do piso superior
Autor: Carla Barreiros, 24.08.2009.



Fig.3 – Ala Oeste dos Claustros do piso superior
Autor: Carla Barreiros, 24. 08. 2009.



Fig. 5 – Ala Este dos Claustros do piso superior
Autor: Carla Barreiros, 24.08.2009.



Fig. 4 – Ala Norte dos Claustros do piso superior
Autor: Carla Barreiros, 24.08.2009.

Tomando em linha de conta que estamos perante uma futura exposição monográfica que se reporta exclusivamente ao acervo dos registos religiosos da Pousada, cujo espaço expositivo é uno e quadrangular, e que existe apenas uma porta de acesso, para que a circulação se processe num mesmo sentido e sem problemas de maior

vamos recorrer à sinalética. De forma discreta assinalaremos o sentido do circuito. Não nos podemos esquecer que este mesmo claustro é o ponto de passagem que permite o acesso aos quartos dos hóspedes, factor determinante para que tivéssemos optado pela realização de uma exposição temporária.

O início do circuito expositivo far-se-á pelo lado esquerdo da ala sul do claustro. Ao longo das suas paredes, de uma forma simples e rudimentar, tal e qual como se encontravam pendurados nos quartos, dispostos harmoniosamente os quarenta e sete registos religiosos. Iremos coordenar registos de cores, de épocas e de modelos diferentes, agrupá-los em número ímpar e/ou par e desencontrá-los uns dos outros, de forma a evitar uma sequência decorativa cansativa e linear. Em cima de cada uma das quatro mesas que estão encostadas às paredes do claustro, colocaremos um ou outro suporte de metal em ouro velho, com um registo. Ao lado deles deporemos vários exemplares do Catálogo da exposição. O Catálogo incluirá algumas notas sobre a autora dos trabalhos, bem como a apresentação da exposição e do tema, os registos religiosos.

A nossa estratégia de divulgação da exposição, para além do Catálogo, apostará fortemente nos **media** (jornal e rádio locais), nas páginas da web relacionadas com exposições, na criação de um blog e noutra publicação em suporte papel, um folheto. Este folheto terá a tiragem de 3000 exemplares e será distribuído por todas as pousadas da rede GPP, pelo posto de Turismo da cidade e pelas paróquias do concelho.

A exposição visa essencialmente a divulgação do acervo dos registos religiosos da Pousada dos Lóios. Será uma mostra simbólica, documental, estética, polivalente e temporária. Terá a duração de três meses (Outubro a Janeiro de 2010), entrada livre, e estará aberta ao público em geral das 14 às 18 horas. Quinzenalmente serão efectuadas visitas guiadas por parte da criadora. A abertura oficial da exposição ocorrerá no dia 13 de Outubro e para além da presença das entidades oficiais locais, estarão também presentes representantes da Enatur e do GPP.

Conclusão

Findo o nosso trabalho de investigação, cremos não restarem dúvidas de que os registos religiosos tenham surgido como forma de expressão duma religiosidade, de um chamamento devocional e cultural, de uma fé que através da arte popular se metamorfoseou e ganhou forma e vida.

A humanidade sentiu desde muito cedo a necessidade de venerar forças que ajuizava como superiores. Na esfera do mundo religioso católico e, em particular, no da religiosidade popular é por demais evidente o apreço e a afeição que são concedidos às imagens sagradas. Com efeito, os símbolos representativos de Deus, da Virgem Maria e dos Santos têm funcionado sistematicamente como um elo de ligação entre a terra e o Céu, o visível e o invisível. Diariamente e nas mais diversas circunstâncias, os Santos são invocados e alvo de confidências, de lamentos, de preces e de mostras de gratidão.

No que concerne à história da nossa gravura artística, no período compreendido entre os séculos XV e XIX, poderemos dizer que a sua evolução se deveu principalmente à acção do rei D. João V e que foi pautada por momentos de grande actividade artística, alternados por outros de manifesto quietismo. No decorrer destes quatro séculos, de um modo geral, houve sempre ocasiões em que gravuras de feitura grosseira, anónimas e populares andaram a par e passo com outras de natureza verdadeiramente artística. Luís Chaves é mais preciso em termos cronológicos e refere que “ (...) *a gravura dos mestres de Setecentos e Oitocentos passou de lição de exemplo estético a ousanças de técnica, mais ou menos rudes. E assim houve gravadores de imitação, populares, anónimos, ora copistas incapazes de abordar com jeito o modelo servido, ora glosadores com certa habilidade infantil (...)*”¹¹¹. Quer nas gravuras populares, quer nas artísticas e durante todo este tempo, o tema do Divino esteve constantemente presente.

Vários foram os artistas nacionais e estrangeiros que por cá se entregaram à arte dos registos de santos. Estes registos vieram sobrepor-se ao uso dos rosários

¹¹¹ Luís Chaves – **A Arte Popular: Aspectos do problema**. Porto: Portucalense, 1943, p. 112.

bentos e ao das antigas relíquias, por parte dos romeiros nas festas religiosas. Comprados ou distribuídos gratuitamente aos crentes, testemunhavam a sua presença nas festividades, bem como o cumprimento do dever praticado.

Como os registos de santos eram um importante gerador económico e cultural, confrarias, irmandades, colegiadas e as próprias comunidades mandavam-nos abrir e procuravam honrar os seus santos patronos da melhor maneira possível. Muitos destes registos de santos viriam posteriormente a servir de base e de matéria-prima aos registos religiosos. Mãos mais ou menos habilidosas, no silêncio dos conventos ou na privacidade do domicílio, num gesto de amor e de homenagem à devoção, ornamentavam piedosamente os registos de santos. Enriqueciam-nos esteticamente, emolduravam-nos, transformavam-nos em objectos decorativos e dispunham-nos normalmente nos oratórios, nos quartos ou quando era o caso, nas celas dos conventos.

Transmitidos de geração em geração, a técnica, o ensinamento e os registos religiosos chegaram até aos nossos dias, mas talvez por estarmos perante uma arte dotada de pouca visibilidade ou por não ter sido praticada por nenhum artista de renome, ela tem permanecido um pouco à margem, mergulhada no anonimato e no esquecimento.

Importa contudo salientar que nos últimos tempos esta arte popular tem dado muito que falar, sobretudo por parte de todos aqueles que pugnam pela sua defesa e protecção. Esta atitude prende-se com a vaga dos “modernos” registos religiosos. Com eles defrontamo-nos cada vez mais não com uma mostra de fé, de imaginação ou de criatividade artística, mas sim com uma deturpação das características constitutivas destes objectos devocionais, da sua verdadeira tradição e da sua memória. A comercialização e o lucro fácil ofuscam a sensibilidade do artista criador e a essência da obra.

Grosso modo, tanto nas feiras de artesanato, como nas páginas da Internet e nos sítios mais díspares, pululam ofertas de registos religiosos repletos de materiais recentes, a começar pela própria gravura, brilhante e aparentemente plastificada. Curiosamente, quem os adquire fá-lo provavelmente com o mesmo sentimento de quem os fazia outrora.

Inegável é o facto de que os registos religiosos carregam todo o peso da nossa identidade, da nossa cultura e do nosso património. E, foi precisamente, por termos a noção da responsabilidade desta herança, que procurámos mediante a proposta

de exposição, contribuir de algum modo para a promoção e valorização deste acervo da Pousada dos Lóios, actualmente, destituído da sua intencionalidade original.

Acreditamos que vivemos numa sociedade que começa cada vez mais a ter consciência do seu legado, da importância dos bens culturais móveis e a estar sensibilizada para a importância da conservação, da salvaguarda e da valorização do património histórico-artístico. E confessamos que foi pelo domínio desse espírito que esta tese acabou por nascer. Com ela procurámos dar a conhecer e a redescobrir a riqueza dos registos religiosos, sem dúvida, uma das mais características criações da alma artística popular. Resta-nos pedir que perdoem os limites que não transpusemos, que haja alguém que prossiga este caminho que ansiámos abrir e que tenhamos sempre em mente as seguintes palavras de Helder Pacheco:

“ (...) A cultura e a vida são indissociáveis, o património cultural é valor permanente enquanto persistir na memória das populações. Memória para ser entendida com olhos de simpatia e apreço. Compreendida e transmitida. O desinteresse, o abandono ou destruição desse património são agressões e aviltamentos cívicos que obliteram a consciência da terra que pisamos e que nos foi legada (...)”¹¹².

¹¹² Helder Pacheco – **Rostos da Gente: Escritos sobre Património Cultural e outras Histórias**. Lisboa: Caminho.1987, p. 29.

Glossário

Bordado – Trabalho de labor realizado com uma agulha e mediante um desenho.

Canutilho – Meada de fio metálico maleável, liso ou retorcido, de cor dourada ou prateada, cujo interior permite a passagem de uma agulha. É utilizado normalmente nos bordados e na execução de flores.

Damasco – Tecido de seda, algodão, linho ou lã com motivos acetinados em fundo baço.

Estampa – Imagem impressa através de um processo mecânico de reprodução que tem por base a fotografia. A zincogravura, a cromolitografia e a ecogravura foram algumas das técnicas de impressão que surgiram no século XIX.

Galão – Artigo têxtil de metal ou de papel utilizado no remate e na decoração dos registos religiosos.

Gravura artística – O percurso da gravura artística (em madeira e em metal) na história da arte portuguesa, no período compreendido entre os séculos XV e XIX, foi bastante irregular, em que momentos de grande actividade artística alternavam com outros de manifesto quietismo. O grande incremento da gravura deu-se no séc. XVIII com a fundação da Academia Real de História. A estagnação a que as nossas artes gráficas tinham chegado, levou D. João V a contratar gravadores estrangeiros para ilustrarem os livros da Imprensa Régia, onde se destacaram Debrie, Quillard ou Bartollozi, que se dedicaram também, ao lado de muitos outros, à manufactura de registos de santos.

Passamanaria – Termo genérico adoptado para os artigos têxteis que são produzidos através de várias técnicas de entrelaçamento ou tecelagem a fio de ouro, prata, algodão ou seda, como, por exemplo, os galões de tecido.

Registo religioso – Objecto devocional e artístico. Arte popular em que a gravura (registo de santo) é o elemento fulcral. Dependendo da cultura estética, dos materiais disponíveis, da habilidade e da criatividade do seu autor, o registo religioso pode assumir diversas formas – rectangulares, ovais, octogonais, estrelóide, hexagonal, coração, entre outras – materializadas em vidro, cartão ou canas, revestidas de sedas, papéis ou damascos, bordadas a fio de ouro, prata, canutilho ou lantejoulas, ornadas de flores policromadas de tecido, missangas ou papel e rematadas por galões decorativos dourados em metal, passamanaria ou papel.

Registo de santo – Imagem de um santo impressa em papel, cartão, cartolina ou seda. É designado de registo de santo porque, por um lado, mediante a imagem, “registra” a devoção a um determinado santo, e, por outro, “registra” a presença do devoto nas festas litúrgicas e nas visitas ao santuário onde a imagem é venerada.

Seda – Matéria têxtil de origem natural ou artificial. A natural é produzida pela larva do bicho-da-seda. A artificial tem por base a celulose, e, após o devido tratamento, adquire o aspecto da seda natural.

Vendilhões – Vendedores ambulantes que copiavam e vendiam registos de santos, regra geral de má qualidade artística.

Bibliografia

AMEAL, João – **Santos Portugueses**. Porto: Tavares Martins, 1957.

ATTWATER, Donald ; PINHEIRO, Jorge – **Dicionário de Santos**. Mem Martins: Europa América, D. L. 1992.

AZEVEDO, Carlos de – **Vigor da Imaculada: Visões de Arte e Piedade**. Porto: Paróquia Senhora da Conceição, 1998.

BARROS, Manuel Correia de – **O Espírito Católico e o Culto de Nossa Senhora**. [S.l.: s. n.], imp.1942 (Lisboa, Tip. União Gráfica).

BERTHOD, Bernard; HARDOUIN – FUGIER, Elisabeth - **Dictionnaire des Objets de Dévotion: Dans l'Europe Catholique**. Paris: Editions de l'Amateur, 2006.

BLANCO, Ángela Garcia – **La Exposición, un medio de comunicación**. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

BRASIL. Embaixada (Portugal); Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Exposições e Museografia (Lisboa, Portugal); RIBEIRO, José Sommer; SILVA, Alberto da Costa; LORCA, German; LORCA, Henrique; AMADO, Amaury; SILVA, Américo – **A Arte e o Sagrado: Coleção João Marino**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Exposições e Museografia, 1988.

CARAÇA, Bento de Jesus – **A Arte e a Cultura Popular**. Lisboa: Itau, [s.d.]

CARREGAL, Joaquim da Costa – **A Ilustração do Livro: Conferência realizada no Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto (Secção de Braga) em Domingo de Ramos de 1942, 45º Aniversário da Morte de Meu Pai e Mestre**. [S.l.: s.n.], (Porto: Tip. Porto – Médico) imp. 1942.

CASELLES, H. ; VIEIRA, António – **Dicionário Mariano**. 2ª ed. , Porto: Perpétuo Socorro, D. L. 1988.

DAIX, Georges ; JOAQUIM, Augusto – **Dicionário dos Santos: Do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses**. 1ª ed., Lisboa: Terramar, 2000.

CARDOSO, Arnaldo Pinto; MACEDO, Jorge Borges de – **Peregrinação e Piedade Popular**. Lisboa: Secretariado – Geral do Episcopado: Rei dos livros [distrib.], 1988.

CHAVES, Luís – **A Arte Popular: aspectos do problema**. Porto: Portucalense Ed., 1959.

Luís Chaves – **Três abridores de “registos” do Porto (Raimundo Joaquim da Costa, sua filha Camila, e Santos)**. [S.l.: s.n.]. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 1945.

CHAVES, Luís – **Registos de Santos**. Lisboa: Impr. Nacional, 1925.

CHAVES, Luís – **Registos de Santos da cidade de Lisboa: Registos gravados**. Lisboa: Câmara Municipal, 1946.

CHAVES, Luís – **Subsídios para a História da Gravura em Portugal**. Coimbra: [s.n.], 1927.

CLEMENTE, Manuel – **A Fé do Povo: Compreender a Religiosidade Popular**. Apelação: Paulus, D.L. 2002.

Colóquio Internacional sobre Piedade Popular, Lisboa, 1988. Centro de História da Cultura – **Piedade Popular: Sociabilidades, Representações, Espiritualidades**. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Terramar, 1999.

COUTINHO, Bernardo Xavier da Costa – **Nossa Senhora na Arte: Alguns problemas iconográficos e uma Exposição Marial**. Porto: Associação Católica do Porto, 1959.

COUTO, João – **Imagens da Virgem no Museu Nacional de Arte Antiga**. Lisboa: [s. n.], 1960.

CRUZ, Manuel Braga da; GUEDES, Natália Correia; SANTOS, António Ferreira dos – **A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal: 1950 – 2000**. Porto Diocese, ed. lit. Lisboa: Universidade Católica Port., 2001.

ESPÍRITO SANTO, Moisés; POULAT, Emile – **A Religião Popular Portuguesa**. 2ª ed. , Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.

FERNANDES, Maria Alice – **Livro dos Milagres dos Santos Mártires**. Lisboa: [s. n.], 1988.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso – **Introducción a la nueva museologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

FERNÁNDEZ, Luís Alonso; FERNÁNDEZ, Isabel García – **Diseño de exposiciones, concepto, instalación y montaje**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

FERRO, António; CHAVES, Luís – **Vida e Arte do Povo Português**. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1940.

FONTES, M^a Idaleta Isidro – **Turismo e Desenvolvimento: O Modelo Organizativo das Pousadas de Portugal e o Desenvolvimento Local e Regional**. Lisboa: [s.n.], 1997, (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Sistemas Sócio Organizacionais da Actividade Económica)

FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA – **Tesouros de Arte e Devoção**. Porto: Fórum Eugénio de Almeida, D. L. 2003.

GOMES, Pinharanda – **Piedade Eclesial, Piedade Popular**. Lisboa: Laikos, [D. L. 1986].

GORJÃO, Sérgio; VILAR, Maria do Carmo – **Registos e Objectos de Devoção: Coleções do Museu Municipal de Mafra e do Museu da Misericórdia da Ericeira**. Mafra: Museu Nacional de Mafra, D. L. 2001.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira – **Os Santos Populares: Santo António, São João e São Pedro**. [Vila Nova de] Gaia: Edições Pátria, 1931.

HAUSER, Arnold; MORGADO, Maria Margarida – **A Arte e a Sociedade**. Lisboa: Presença, imp. 1984.

IGREJA CATÓLICA. Congregação do Culto divino e da disciplina dos sacramentos; ROCHA, António Maia da – **Directório sobre a Piedade Popular e a Liturgia: princípios e orientações**. Lisboa: Paulinas, 2003.

IGREJA CATÓLICA. Papa (Paulo VI); CARDOSO, Arnaldo Pinto – **Religiosidade Popular e Educação da Fé**. Lisboa: Secret. Geral do Episcopado, Imp. 1987.

LACERDA, Aarão de – **O Fenómeno Religioso e a Simbólica**. Porto: E. A. 1924.

LEITE, José; COELHO, António José Antunes – **Santos de Cada Dia**. 4º ed. rev. e actualizada, Braga: Editorial A. O., 2003 – 2004.

LIMA, Fernando de Castro Pires de – **A Virgem e Portugal**. Porto: Edições Ouro, 1967.

LIMA, Fernando de Castro Pires de – **A Arte popular em Portugal**. Lisboa: Verbo [s.d].

LIMA, Henrique de Campos Ferreira – **O Gravador João José dos Santos**. Guimarães: Tip. Minerva Vimaranesense, 1949.

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA – **A Religiosidade Popular e a Celebração da Fé**, Lisboa, 1989.

LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, cop.2006.

LOURO, Pe. Henrique da Silva – **O Culto de Nossa Senhora e dos Santos na Arquidiocese de Évora**. [S.l.: s.n.], 1967 (Évora: Gráfica Eborense).

LUMEN / dir. António Montes Moreira – **Cristo fonte de esperança**. Lisboa: Secretariado-geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2000.

MARTINS, Rocha – **Santo António de Lisboa**. Lisboa: F. J. R. Martins, 1930.

MELGAR Valero, Luís T.; FONSECA, Maria Antónia Abrantes da - **Os Santos de Cada Dia**. Lisboa: Estampa, Imp. 2002.

Os Registos e Bentinhos dos Conventos velhos. Ilustração Portuguesa, 1906 (Sep. Ilustração Portuguesa, S. 2 – 23 Julho, 1906).

PACHECO, Hélder – **Portugal Património Cultural Popular**. Porto: Areal, [s.d.].

PACHECO, Hélder – **Rostos da Gente: Escritos sobre Património Cultural e outras Histórias**. Lisboa: Caminho, 1997.

PALÁCIO de Dom Manuel; Grupo Pró – Évora – **Exposição de Lâminas Religiosas**. Évora: [s.n., 1967], Tipografia Diana.

PINA, Paulo – **Portugal. O Turismo no Século XX**. Lisboa: Lucidus, 1988.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – **Pousada dos Lóios, Évora**. Lisboa: Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1965.

PORTUGAL. SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. – **Os grandes valores turísticos nacionais**. Panorama: revista de Arte e Turismo, Nº 9, ano 1º Junho 1942,

PORTUGAL. SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL. – **Os grandes valores turísticos nacionais**. Panorama: revista de Arte e Turismo, Nº 11, ano 2º, Outubro 1942, pp. 34-36.

RÉAU, Louis - **Iconographie de l'Art Chrétien**. Paris : Presses Universitaires de France, 1955 – 1959.

SANCHES, Pierre; MATOS, Madalena Mendes de – **Arraial, Festa de um Povo: As Romarias Portuguesas**. 1ª ed., Lisboa: D. Quixote, 1983.

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA / CENTRO REGIONAL DE APOIO AO ARTESANATO – **Registos do Senhor, Registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres**. Açores: Coingra, Lda. Companhia Gráfica dos Açores, [s.d].

SILVA, Alda Beatriz Rua da; COSTA, Vitorino – **Os Santos Populares do Solstício de Verão na Cultura Popular Portuguesa**. Fafe: Escola Superior de Educação, imp. 1997.

SOARES, Ernesto ; LIMA, Henrique de Campos Ferreira – **Dicionário de Iconografia**. Lisboa: Inst. Para a Alta Cultura, 1950.

SOARES, Ernesto – **Evolução da Gravura de Madeira em Portugal, Séculos XV a XIX**. Lisboa: Câmara Municipal, 1951.

SOARES, Ernesto – **História da Gravura Artística em Portugal: Os Artistas e as suas obras**. Nova Ed., Lisboa: Livr. Samcarlos, 1971.

SOARES, Ernesto – **Inventário da Coleção de Registos de Santos**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1955.

TAVARES, Jorge Campos – **Dicionário de Santos: Hagiográfico, Iconográfico, de Atributos, de Artes e Profissões, de Padroados, de Compositores de musica religiosa**. Porto: Lelo & Irmão, 1990.

TEIXEIRA, Lucas – **Arte Religiosa e Arte Moderna**. Negrelos: Ora & Labora, 1951.

TEIXEIRA, Luís Manuel – **Dicionário Ilustrado de Belas-Artes**. Lisboa: Presença, cop.1985.

VALLEJO, Carlos Amigo – **Religiosidad popular**. Madrid: PPC, Editorial y Distribuidora, 2008.

Sites dos Documentos Electrónicos consultados

Octávio Carmo (03-06-2003) – **O pluralismo religioso português**, <<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=913>>, (24.07.2009).

Papa Paulo VI, (18-11-1965) – **Apostolicam Actuositatem** nº 18, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/va-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html>, (19-04-2009).

Papa Paulo VI, (08-12-1975) – **Evangelii Nuntiandi** nº 48, <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html>, (27-03-2009).

Papa Paulo VI, (21-11-1964) – **Lumen Gentium** nº 33, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>, (27-03-2009).

Papa Paulo VI, (02-02-1974) – **Marialis Cultus** nº 57, <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus_po.html>, (27-03-2009).

Papa Paulo VI, (04-12-1963) – **Sacrosanctum Concilium** nº125, <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html>, (17-04-2009).

Papa João Paulo II, (23-04-1999) – **Carta aos Artistas** nº 12, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jp-ii_let_23041999_artists_po.html>, (27-03-2009).

Papa João Paulo II, (2005) – **Catecismo da Igreja Católica** nº 1679, <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>, (02-04-2009).

Papa João Paulo II, (30-12-1988) – **Christifideles Laici** nº 34, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html>, (27-03-2009).

Papa João Paulo II, (05-07-1988) – **Dies Domini** nº 80, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_05071988_dies-domini-po.html>, (27-03-2009).

Juan Pablo II, (13-05-2002) – **Directorio sobre la piedad popular** nº 65, <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_doc_20020513_vers-direttorio_sp.html>, (17-04-2009).

Papa Juan Pablo II, (14-06-1993) – **Discurso del Santo Padre Juan Pablo II al final de la celebración mariana en el santuario de Nuestra Señora del Rocío** <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1993/june/documents/hf_jp-ii_spe_19930614_virgen-rocio_sp.html>, (12-04-2009).

Papa João Paulo II, (22-01-1999) – **Ecclesia in América** nº 16, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html>, (22-04-2009).

Papa João Paulo II, (06-11-1999) – **Ecclesia in Ásia** nº 22, <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul-ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia-po.html>, (18-04-2009).

Papa João Paulo II, (28-06-2003) – **Ecclesia in Europa** nº 79, <http://www.jesus.2000.years.de/holy_father/john_paul-ii/apost-exhortations/documents/hf_jp-ii-exh_20030628_ecclesia-in-europa-po.html>, (18-04-2009).

Papa João Paulo II, (22-11-2001) – **Ecclesia in Oceânia** nº 16, <http://www.vatican.va/holy-father/john-paul-ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii-exh-20001122_ecclesia-in-oceania-po.html>, (18-04-2009).

Papa João Paulo II, (06-01-2001) – **Novo Millennio ineunte** nº 34, <http://www.jesus.2000years.de/holy_father/john-paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte_po.html>, (23-03-2009).

Papa João Paulo II, (25-03-1987) – **Redemptoris Mater** nº 33, <http://www.vatican.va/edocs/POR0063/_INDEX.HTM>, (27-03-2009).

Papa João Paulo II, (04-12-1988) – **Vicesimus Quintus Annus** nº 18, (tradução da autora),

<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_04121988_vicesimus-quintus-annus_sp.html>, (27-03-2009).

Papa Bento XVI, (25-12-2005) – **Deus Caritas Est**, <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html> (29-05-09).

Portugueses em férias – Turismo religioso entre o passeio e a peregrinação, in Público, in <<http://www.paroquias.org/noticias.php?n=3672>>, (24-07-2009),

Turismo religioso em Portugal, <<http://www.bigviagem.com/turismo-religioso-em-portugal>>, (24-07-2009)